



Ministério da Educação
Universidade Federal da Grande Dourados



Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD
Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD

2018



Ministério da Educação

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD

**Demonstrações Contábeis
Consolidadas da UFGD**

RCPG 2018

Dourados, 2019

UFGD
Universidade Federal
da Grande Dourados

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

Liane Maria Calarge

Reitora

Marcio Eduardo de Barros

Vice-Reitor

Cristiane Stolte

Pró-Reitora de Avaliação Institucional e Planejamento

Paula Pinheiro Padovese Peixoto

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Kely de Picoli Souza

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

Juliana Rosa Carrijo Mauad

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Vander Soares Matoso

Pró-Reitor de Administração

Caio Luis Chiarello

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Rosilda Mara Mussury Franco Silva

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis

Silvio Pereira Costa

Prefeito Universitário

Diretor: Prof. Rogério Silva Pereira

Vice-Diretora Prof^a. Dr^a. Cristiane Helena Parré Gonçalves

Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

Diretor: Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Vice-Diretora: Prof.^a Dr.^a Jane Correia Alves

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia

Diretora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Matos Rocha

Vice-Diretora: Prof^a. Rosana de Fatima Jane

Faculdade de Educação à Distância

Diretor: Prof. Dr. Adão Antônio da Silva

Vice-Diretor: Prof. Dr. Lucas Pizzuti

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia

Diretor: Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo
Vice-Diretor: Prof. Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Diretor: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva
Vice-Diretora: Prof.^a Dr.^a Eugênia Portela de Siqueira Marques
Faculdade de Educação

Diretor: Prof. Dr. Etienne Biasotto
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rogério da Silva Santos
Faculdade de Engenharia

Diretor: Prof. Dr. Guilherme Augusto Biscaro
Vice-Diretor: Prof. Dr. Alexandre Rodrigo Mendes Fernandes
Faculdade de Ciências Agrárias

Diretora: Prof.^a Dr.^a Gisele Jane de Jesus
Vice-Diretor: Prof. Dr. Marcelo Fossa da Paz
Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais

Diretor: Prof. Dr. Jones Dari Goettert
Vice-Diretora: Prof.^a Dr.^a Alzira Salete Menegat
Faculdade de Ciências Humanas

Diretora: Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Oesterreich
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Roberto Bertolotto
Faculdade de Ciências da Saúde

Diretor: Prof. Dr. Antonio Dari Ramos
Vice-Diretora: Prof.^a Dr.^a Raquel Carvalho
Faculdade Intercultural Indígena

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL

Divisão de Contabilidade

Sandra Fernandes
Fernanda de Oliveira Calisto
Marcia Tomoko Sogame Carrijo
Micheli Luani Pereira
Renato Mello de Freitas

CAPA

Assessoria de Comunicação Social

João Gabriel Pereira Pimentel

Lista de Siglas e Abreviações

ACS	Assessoria de Comunicação Social e Relações Públicas
Acum.	Acumulada
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Análise Horizontal
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
Assist.	Assistenciais
AUDIN	Auditoria Interna
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAAC	Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPP	Coordenadoria de Administração e Planejamento de Pessoal
CCOMP	Coordenadoria de Compras
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CME	Central de Materiais Esterilizáveis
COAE	Coordenadoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
COC	Coordenadoria de Cultura
CODAS	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor
COEX	Coordenadoria de Extensão
COFIC	Coordenadoria de Formação e Integração Comunitária
COGESP	Coordenadoria de Gestão Patrimonial
COGRAD	Coordenadoria de Ensino de Graduação
COIN	Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
Const	Constituição
COOF	Coordenadoria de Gestão e Recursos Orçamentários e Financeiros
COORD.	Coordenadoria
COPG	Coordenadoria de Pós-Graduação
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
COPQ	Coordenadoria de Pesquisa
COUNI	Conselho Universitário
CS	Contribuição Social
Depr.	Depreciação
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa

DIPLAN	Divisão de Planejamento
PMD	Prefeitura Municipal de Dourados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Dot.	Dotação
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EAD	Faculdade de Educação à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Emp.	Empenhada
Equipam.	Equipamentos
ESAI	Escritório de Assuntos Internacionais
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FACET	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias
FADIR	Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FAED	Faculdade de Educação
FAEN	Faculdade de Engenharia
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBA	Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FCS	Faculdade de Ciências da Saúde
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HU/UFGD	Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal da Grande
IR	Imposto de Renda
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
NEAB	Núcleo De Estudos Afro-Brasileiros
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Pag.	Pagar
Patr.	Patrimoniais
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
Previd.	Previdenciárias
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPP	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Realiz.	Realização
Res.	Reserva
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMA	Relatório de Movimentação de Almoarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP	Restos a pagar
RPA	Serviço de Recuperação Pós Anestésica
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
SEMS	Secretaria Municipal de Saúde
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados
SPIUnet	Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
Trabalh.	Trabalhistas
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UG	Unidade Gestora
Vend.	Vendidos
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa	45
Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição	46
Tabela 3 - Estoques – Composição	46
Tabela 4 - Imobilizado - Composição	47
Tabela 5 - Bens Móveis - Composição	48
Tabela 6 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Composição	49
Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição.....	49
Tabela 8 - Bens de Uso Especial – Composição	50
Tabela 9 - Intangível – Composição	51
Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	52
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante	53
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor	53
Tabela 13 - Obrigações Contratuais - Composição.....	54
Tabela 14 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante.....	55
Tabela 15 - Obrigações Contratuais - Por Contratado	55
Tabela 16 - Resultado Patrimonial	57
Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas	57
Tabela 18 - Composição das Transferências e Delegações Recebidas	59
Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.....	59
Tabela 20 - Composição do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	60
Tabela 21 - Receitas e Despesas por Categoria Econômica.....	61
Tabela 22 - Receitas Realizadas - Categoria Econômica	62
Tabela 23 - Receitas Correntes Realizadas - Composição	62
Tabela 24 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição	64
Tabela 25 - Restos a Pagar - Composição.....	64
Tabela 26 - Restos a Pagar – Execução por Ano	66
Tabela 27 - Total de Ingressos	69
Tabela 28 - Total de Dispêndios	70
Tabela 29 - Resultado Financeiro - Metodologia 1	71
Tabela 30 - Resultado Financeiro – Metodologia 2	71
Tabela 31 - Resultado Financeiro BF x DFC	72
Tabela 32 - Atividades DFC.....	72
Tabela 33 – Atividades Operacionais – Composição dos Principais Ingressos	73
Tabela 34 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios	74
Tabela 35 - Atividades de Investimento DFC	75

Lista de Figuras

Figura 1: Caixa e equivalentes de caixa - 2017 e 2018	44
Figura 2 - Caixa e equivalentes de Caixa Categorizados por UG - 2017 e 2018	45
Figura 3 - Ativo Imobilizado - 2017 e 2018.....	47
Figura 4 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante	52
Figura 5 - Obrigações Contratuais - Composição	54
Figura 6 - Obrigações Contratuais – Por Contratado	56
Figura 7 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	58
Figura 8 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas	60
Figura 9 - Receitas Correntes Realizadas - Composição	62
Figura 10: Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição	63
Figura 11 - Restos a Pagar – Composição.....	65
Figura 12 - Restos a Pagar – Execução por Ano – RP Não Processados	68
Figura 13 - Restos a Pagar – Execução por Ano – RP Processados.....	68
Figura 14: Total de Ingressos	69
Figura 15 - Total de Dispêndios	70
Figura 16 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios	74

Sumário

Apresentação	14
Avanços	15
Ressalvas	16
Declaração do Contador	17
Contextualização	18
Hospital Universitário (HU-UFGD)	19
Normas e Regulamentos de criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	20
UFGD	20
HU-UFGD	21
Organograma - UFGD	22
Organograma – HU/UFGD	23
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UFGD	24
Balço Patrimonial.....	25
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	26
Quadro das Contas de Compensação	26
Quadro do Superávit / Déficit Financeiros.....	26
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	27
Balço Orçamentário.....	29
Execução dos Restos a Pagar não Processados	31
Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	31
Balço Financeiro.....	32
Demonstração dos Fluxos de Caixa	34
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	36
NOTAS EXPLICATIVAS.....	38
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	38
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	38
2.1 - Conta Única do Governo Federal.....	39
2.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores	39
2.3 - Recursos orçamentários x recursos financeiros	39
2.4 - Restos a Pagar	40
3 - Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal ...	40
(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras	40

(b) Caixa e equivalentes de caixa	40
(c) Créditos a curto prazo	40
(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	40
(e) Estoques	40
(f) Ativo realizável a longo prazo	41
(g) Imobilizado	41
(h) Intangível	41
(i) Diferido	41
(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis	41
(k) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet	42
(l) Passivos circulantes e não circulantes	42
(m) Provisões	42
(n) Ativos e passivos contingentes	42
(o) Apuração do resultado	43
(o.1) Resultado patrimonial	43
(o.2) Resultado orçamentário	43
(o.3) Resultado financeiro	43
4 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial	44
NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	44
NE 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	46
NE 03 – Estoques	46
NE 04 – Imobilizado	47
Bens Móveis	48
Bens Imóveis	49
NE 05 – Intangível	51
NE 06 – Fornecedores e Contas a Pagar	52
NE 07 – Obrigações Contratuais	54
5 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	57
NE 08 - Resultado Patrimonial do Período	57
NE 09 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas	57
NE 10 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas	59
6 - Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário	61
NE 11 - Receitas	61
NE 12 - Despesas	63
NE 13 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	64

7 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro	69
NE 14 - Ingressos	69
NE 15 – Dispêndios.....	70
8 - Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC):	72
NE 16 – Evolução da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	72
NE 17 - Atividades Operacionais – Composição dos Ingressos.	72
NE 18 – Atividades Operacionais – Dispêndios	73
NE 19 – Atividades de Investimento.....	75
NE 20 – Atividades de Financiamento.....	75

Apresentação

O Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) é um relatório contábil elaborado, por recomendação do Tribunal de Contas da União, para atender às necessidades dos usuários em geral. O RCPG é componente central da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.

O Relatório Contábil de Propósito Geral abrange as demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações úteis sobre a entidade do setor público, voltadas para os usuários do RCPG para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para subsidiar os processos decisórios.

O Sistema de Contabilidade Federal é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central e pelos órgãos setoriais. Os órgãos setoriais são as unidades de gestão responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

A Divisão de Contabilidade (DICON) compõe a estrutura da Coordenadoria de Gestão e Recursos Orçamentários e Financeiros (COOF), da Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP) e exerce a competência de setorial contábil de órgão.

A Setorial Contábil de Órgão da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é composta pelas Setoriais Contábeis de Unidades Gestoras: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e Hospital Universitário (HU/UFGD). Está subordinada à Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Educação (MEC). Os órgãos setoriais são sujeitos às orientações normativas e à supervisão do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela DICON, de acordo com os procedimentos descritos no Manual Siafi. É um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Siafi, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Posto isso, o Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado pela Divisão de Contabilidade, da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, da Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento, apresenta a Declaração do Contador Responsável, faz uma breve contextualização das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD, apresenta as Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD, ou seja, com

informações das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD e as Notas Explicativas dos itens mais relevantes.

As Demonstrações Contábeis da UFGD são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do UFGD;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 – LRF, das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e do Manual SIAFI.

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 tivemos avanços na qualidade das informações contábeis da UFGD, dentre elas destacamos as seguintes:

- A realização do inventário do almoxarifado, com o objetivo de evidenciar a situação dos materiais estocados e subsidiar os ajustes dos dados registrados no SIAFI com o saldo físico real nas instalações de armazenagem. Com a realização do inventário também será possível realizar a migração para o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), que fará o controle das entradas e saídas do almoxarifado, o que possibilitará a emissão do Relatório de Movimentação do Almoxarifado (RMA) e apuração dos valores para a provisão para perdas dos estoques;

- O desenvolvimento de atividades para realização de conciliação dos bens móveis entre os registros nos sistemas Patrimônio e Siafi está em andamento, sendo necessária ainda algumas reclassificações e análise de valores inconsistentes que foram incorporados ao sistema de patrimônio da UFGD e não lançados no SIAFI, quando do desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Esse trabalho proporcionará a fidedignidade das informações da situação do ativo imobilizado, com a reavaliação e/ou incorporação de bens no ativo, a baixa de bens inservíveis, a emissão do Relatório de Movimentação de Bens – RMB e conseqüentemente, a implantação da depreciação;
- No ano de 2018 teve início o levantamento dos valores do ativo intangível registrados no Siafi, assim será possível a realização da conciliação desses bens, a reclassificação dos bens com vida útil definida e indefinida e, conseqüentemente, a realização da amortização;
- Também teve início, no ano de 2018, o levantamento dos valores pagos na conta bens Imóveis em Andamento, aguarda-se o retorno do setor competente para a realização das baixas das obras concluídas e assim evidenciar corretamente o saldo da referida conta.

Ressalvas

Apesar dos avanços e, considerando a complexidade das atividades, cujos levantamentos muitas vezes datam da implantação da UFGD, ainda existem ressalvas às demonstrações contábeis, conforme elencamos a seguir:

- Falta a remessa do Relatório de Movimentação do Almoarifado (RMA) e do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), logo os saldos constantes no Balanço Patrimonial não apresentam com fidedignidade a realidade da Instituição;
- Falta depreciação do Ativo Imobilizável e amortização do Ativo Intangível
- Falta regularização da provisão para perdas prováveis do Ativo Circulante e Não Circulante;
- Falta a realização de avaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;
- A conta Bens Imóveis em Andamento não reflete os valores das obras que ainda não foram concluídas;

- Falta de realização de inventário de bens móveis no exercício de 2018, na unidade gestora Hospital Universitário;
- Registro indevido no valor de R\$ 32.085.014,13, na conta 1.2.3.2.1.01.16 – bens imóveis – hospitais, no ativo não circulante/imobilizado do balanço patrimonial, consequentemente os saldos constantes não refletem a realidade da UFGD;
- A conta Obrigações Contratuais, por divergência no lançamento, não reflete com fidedignidade a situação da UFGD.

Declaração do Contador

Portanto, considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal da Grande Dourados, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Dourados-MS, 30 de abril de 2019.

Sandra Fernandes

CRC/MS nº 008578/O-0

Contadora Responsável da Universidade Federal da Grande Dourados

Contextualização

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados foi instituída através da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, e tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, pautada na democracia e justiça social. Para tal, empenha esforços no sentido de oferecer formação diferenciada aos profissionais, bem como busca ofertar serviços de qualidade que correspondam às aspirações da comunidade, sua missão é:

Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social.

Destaca-se ainda, que a UFGD tem estabelecido compromissos sociais importantes, baseados nos princípios de cidadania, ética e do respeito às diferenças, de modo a valorizar o ser humano, indo ao encontro com o que foi estabelecido pela Instituição como visão de futuro, ou seja, “ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática”.

A Instituição desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento promovendo o ensino, a cultura, a produção científica e tecnológica, bem como a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

Esses valores são fundamentais e indispensáveis para a existência da UFGD, e por essa razão estão contemplados em seu Estatuto, tornando-se um guia para realização de suas metas, conforme pode ser verificado a seguir:

I - Promoverá todas as formas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

II – Ministrará o ensino visando a formação de pessoas para o atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho urbano e do campo;

III – Contribuirá para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento;

IV - Constituir-se-á em fator de integração e de promoção da cultura nacional e da formação de cidadãos;

V – Promoverá estudos quanto aos problemas socioeconômicos da comunidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;

VI - Integrar-se-á às regiões em que está inserida, pela extensão da educação, da pesquisa e de atividades de prestação de serviços;

VI – Adotará políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores;

VIII - Cooperará com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

Destaca-se que a UFGD, enquanto universidade pública, deve corresponder aos anseios da sociedade em sua plenitude, sendo o mais acessível possível em termos de igualdade de oportunidades. Neste sentido, esta Instituição tem se mantido no caminho da ética e da moralidade, tendo como premissa norteadora a garantia ao direito de acesso do cidadão ao ensino superior público e de qualidade. Para tal, propicia novas oportunidades de acesso à Graduação e à Pós-Graduação, seja com a oferta de cursos novos, aumento do número de vagas, políticas de permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras.

Hospital Universitário (HU-UFGD)

O Hospital Universitário é órgão suplementar da Universidade Federal da Grande Dourados, vinculado aos Ministérios da Educação e da Saúde e é filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Constitui-se como referência na assistência pública à saúde da população distribuída em 33 municípios da região da Grande Dourados, incluindo a população indígena e de fronteira (Paraguai).

A missão do HU-UFGD é: “Promover a assistência à saúde de forma indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, em regime ambulatorial e de internação, 100% SUS referenciado e com foco na média e alta complexidade multidisciplinar, com qualidade e humanização, regulada e em rede com as demais organizações do SUS”.

O modelo assistencial é voltado às necessidades de saúde da população, formação, ensino e pesquisa. O perfil de atendimento é ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência para cirurgias eletivas (cirurgia cabeça / pescoço, cirurgia geral, oftalmologia, entre outros). Na linha de cuidado adulto, o HU-UFGD é referência para clínica médica (saúde mental, nefrologia, HIV-AIDS, hematologia, endocrinologia, neurologia, cardiologia, reumatologia, oncologia, entre outros). Na saúde da criança, é a única referência em clínica pediátrica na macrorregião da Grande Dourados e nos cuidados intensivos o hospital dispõe de unidades de terapia intensiva adulto, pediátrico e neonatal (incluindo, cuidados intermediários). Na atenção ao parto e nascimento possui atendimento porta-aberta¹ no serviço de ginecologia e obstetrícia, sendo referência regional no Sistema Único de Saúde (SUS) para gravidez de alto risco tipo II.

¹ Termo que significa que o atendimento é por demanda espontânea, sem necessidade de encaminhamento por outra instituição de saúde.

Normas e Regulamentos de criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

UFGD

A UFGD foi criada por meio da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, com a finalidade de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

O Estatuto da UFGD foi aprovado pelo MEC e publicação no DOU de 21 de setembro de 2006, p. 28, seção 1. O Regimento do Conselho Universitário (COUNI) encontra-se aprovado (Resolução do COUNI n.º 17/2007, de 15 de fevereiro de 2007), assim como outras normas internas, sempre pautadas na legislação e na Constituição Federal.

Sua estrutura administrativa foi aprovada e instalada de acordo com a Resolução do COUNI n.º 71/2008, de 17 de setembro de 2008 e posteriormente alterada conforme a Resolução do COUNI n.º 129/2011, de 06 de setembro de 2011, Resolução do COUNI n.º 97/2012, de 05 de outubro de 2012, Resolução do COUNI n.º 23/2013, de 01 de março de 2013, e Resolução do COUNI n.º 98, de 12 de agosto de 2014.

Todos os conselhos superiores existentes, bem como as demais instâncias deliberativas e/ou consultivas têm seus regimentos e/ou regulamentos internos.

A Criação do HU/UFGD foi feita via Resolução COUNI n.º 72 de 11 de julho de 2008, publicado no DOU em 08 de agosto de 2008. A Lei Municipal n.º 3.118/2008, de 09 de julho de 2008, autorizou a incorporação do patrimônio do Hospital ao HU/UFGD. A Resolução COUNI n.º 37, de 22 de maio de 2009, publicado em 29 de maio de 2009 que aprova o Regimento Interno do Hospital Universitário.

A Resolução COUNI n.º 01/2009, de 13 de fevereiro de 2009 aprovou a Estrutura Administrativa do HU/UFGD, sendo esta alterada pela Resolução do COUNI n.º 146/2011, de 24 de outubro de 2011, e posteriormente pela Resolução do COUNI n.º 201/2011, de 19 de dezembro de 2011.

A minuta de contrato entre a UFGD e EBSEH foi feita pela Resolução COUNI n.º 51/2013, de 27 de maio de 2013 e o contrato visando a gestão sem ônus do HU foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 136, de 25 de setembro de 2013.

A previsão de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação até 2021 foi aprovada pela Resolução COUNI n.º 43/2013, de 05 de maio de 2013.

O Plano de Expansão Acadêmica da Graduação foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 44/2013, de 05 de maio de 2013. Já a Resolução COUNI n.º 54/2013, de 05 de maio de 2013 aprovou as alterações no Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) que decorreu do processo de Avaliação aprovada na Res. n.º 130/2011.

A Resolução COUNI n.º 10/2013, de 01 de março de 2013 aprovou a Política Ambiental da UFGD, bem como pela Resolução *ad referendum* COUNI n.º 195/2013, de 27 de dezembro de 2013 aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFGD. Além da Resolução *ad referendum* COUNI n.º 196/2013, de 27 de dezembro de 2013 que

aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD. Integrada ainda, tem-se a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 197/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Logística Sustentável da UFGD e a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 202/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Segurança da Informação e Comunicação da UFGD.

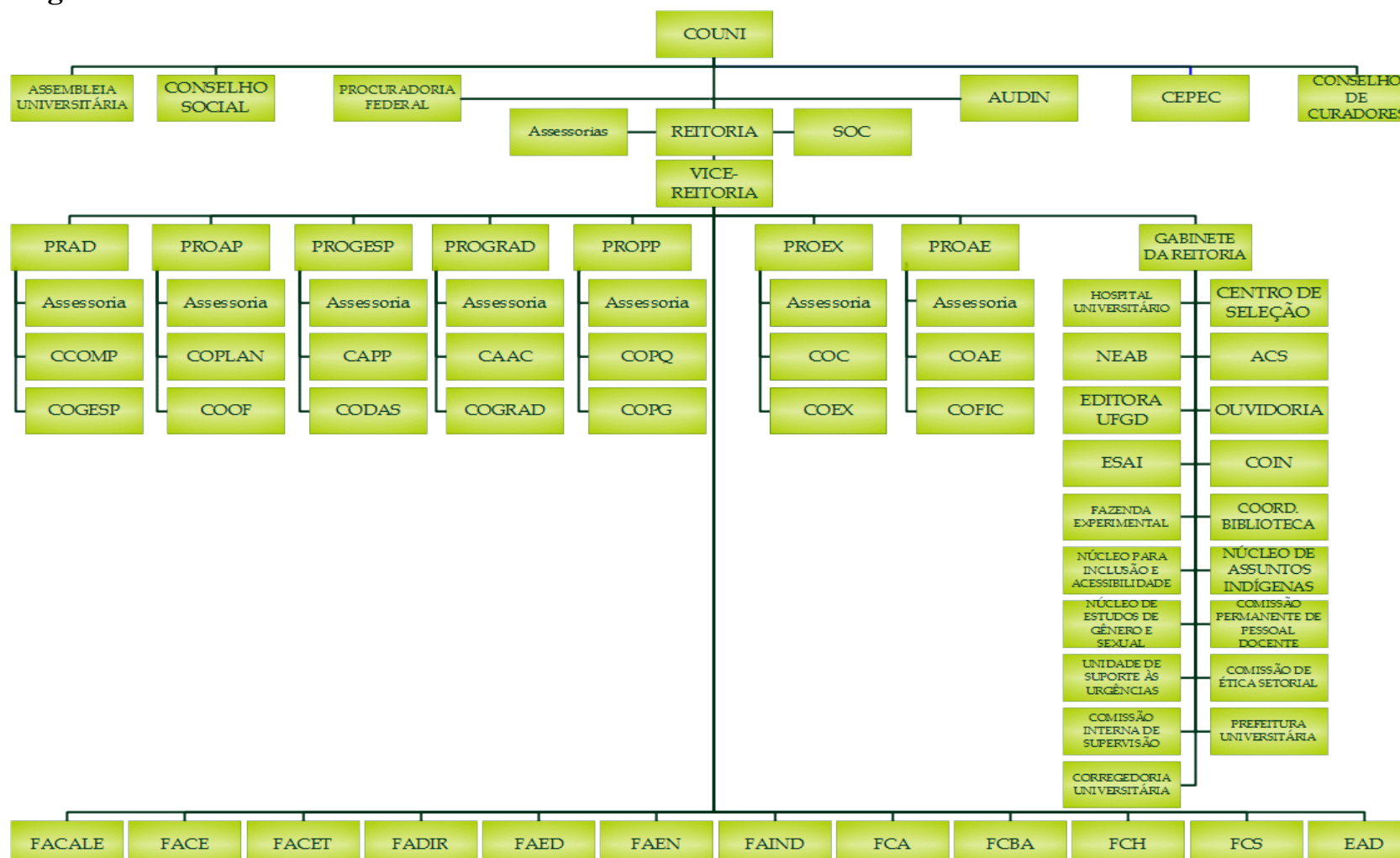
HU-UFGD

Quanto às diretrizes normativas do Hospital Universitário destacam-se a Resolução Conselho Universitário (COUNI) n.º 72, de 11/07/2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 08/08/2008, de sua criação como Órgão Suplementar da UFGD; a Lei Municipal de Dourados n.º 3.118, de 09/07/2008, publicado no DOU em 13/08/2008, que autorizou o executivo municipal a doar área pública à UFGD, e a Resolução COUNI n.º 37, de 22/08/2009, publicada em 29/05/2009, que aprovou o Regimento Interno do Hospital Universitário e permitiu sua consolidação.

Em 2013, a UFGD firmou contrato com a EBSE RH a qual permitiu a transferência da gestão sem ônus do HU à empresa pública, por meio da Resolução COUNI n.º 136, de 25/09/2013.

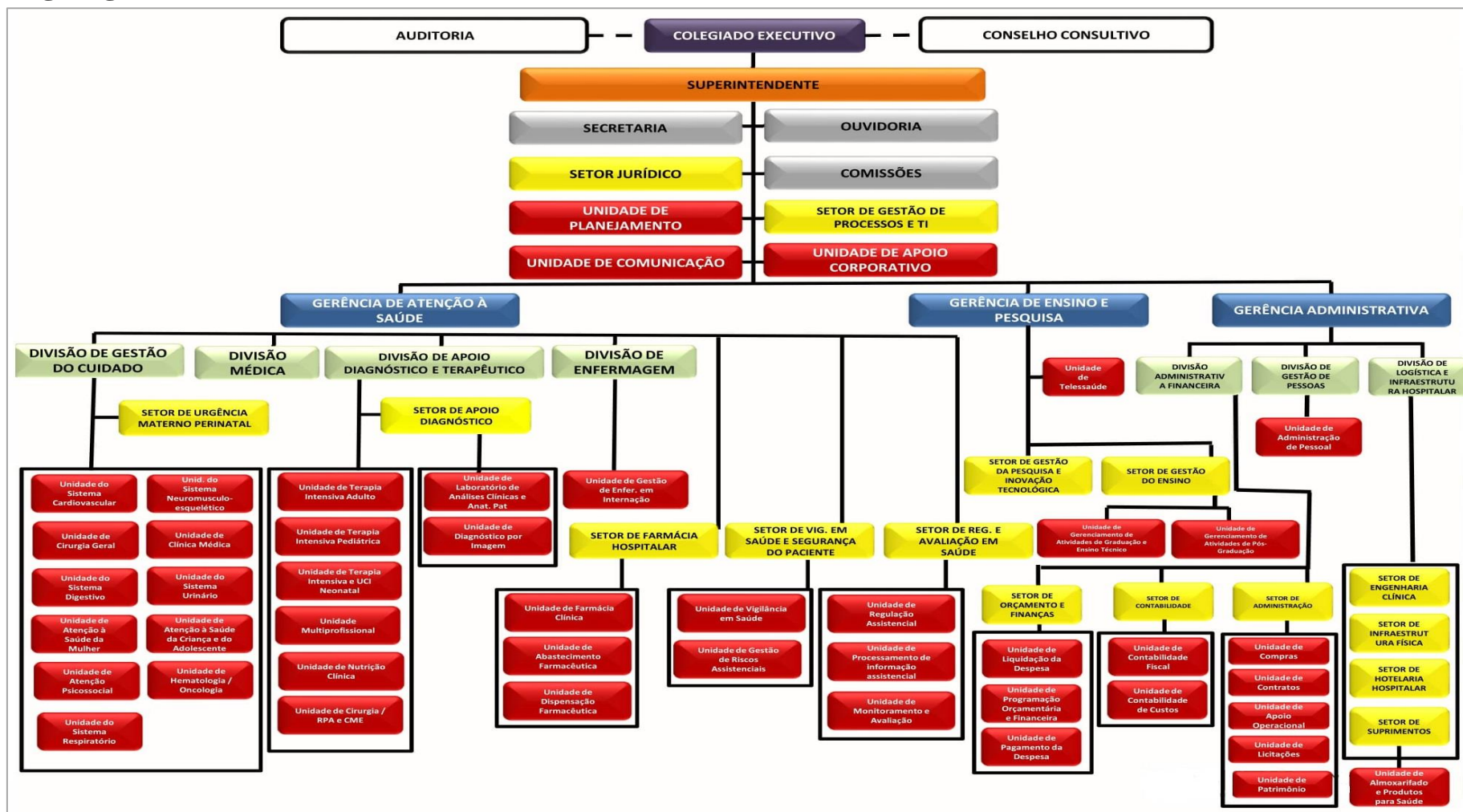
Durante o exercício de 2017, destaca-se o Contrato Administrativo n.º 365/2017/DL/PMD, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS) com a UFGD e com interveniência da Secretaria de Estado de Saúde (SES), a fim de integrar o hospital ao SUS, em sua esfera municipal.

Organograma - UFGD



Fonte: Gabinete da Reitoria. Resolução COUNI n.º 211, de 27 de novembro de 2017. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

Organograma – HU/UFGD



Fonte: Unidade de Planejamento/HU-UFGD/EBSERH. Maiores detalhes consultar: http://www.ebserh.gov.br/documents/16692/383485/NOVO+Organograma_01.12.2017.pdf/128ff9b4-8101-4d19-89ba-757ed12c2473

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSOLIDADAS DA UFGD**
Exercício: 2018

Balanco Patrimonial

2018

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		76.107.784,57	42.520.482,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	42.717.154,25	12.855.244,25
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	2.088.980,97	1.006.317,09
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	03	31.157.065,70	28.658.920,96
Ativos Financeiros Mantido para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		144.583,65	-
Ativo Não Circulante		328.840.469,91	265.970.865,77
Ativo Realizável a Longo Prazo		10.835,69	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	04	327.842.184,63	265.084.742,57
Bens Móveis		83.745.734,70	73.663.132,13
Bens Imóveis		244.096.449,93	191.421.610,44
Intangível	05	987.449,59	886.123,20
Diferido		-	-
Total do Ativo		404.948.254,48	308.491.348,07
PASSIVO			
Passivo Circulante		21.483.675,27	10.118.944,33
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		13.989.355,19	4.036.011,25
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	4.436.839,34	4.732.124,27
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		3.057.480,74	1.350.808,81
Passivo Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Exigível		21.483.675,27	10.118.944,33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Resultados Acumulados		383.464.579,21	298.372.403,74
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Resultado do Exercício		83.497.342,79	23.005.850,88
Resultados de Exercícios Anteriores		298.372.403,74	351.437.013,88
Ajustes de Exercícios Anteriores		1.594.832,68	-76.070.461,02
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		383.464.579,21	298.372.403,74
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		404.948.254,48	308.491.348,07

Fonte: SIAFI.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	R\$	
	2018	2017
Ativo		
Ativo financeiro	42.717.154,25	12.855.244,25
Ativo permanente	362.231.100,23	295.636.103,82
Total do Ativo (I)	404.948.254,48	308.491.348,07
Passivo		
Passivo financeiro	125.609.779,76	112.068.870,93
Passivo permanente	2.544,24	4.036.011,25
Total Passivo (II)	125.612.324,00	116.104.882,18
Saldo patrimonial (I-II)	279.335.930,48	192.386.465,89

Fonte: SIAFI.

Quadro das Contas de Compensação

	R\$		
	NE	2018	2017
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		45.746.708,53	39.965.854,58
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.903.777,47	7.623.253,32
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		38.842.931,06	32.342.601,26
Direitos Contratuais a Executar		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		45.746.708,53	39.965.854,58
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos		72.492.966,24	74.967.958,08
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		3.406.456,17	3.676.099,50
Obrigações Contratuais a Executar	07	69.086.510,07	71.291.858,58
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos atos Potenciais Passivos		72.492.966,24	74.967.958,08

Fonte: SIAFI.

Quadro do Superávit / Déficit Financeiros

	R\$	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-21.937.989,96
Recursos Vinculados		-60.954.635,55
Educação		-17.220.177,93
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-11.602.718,79
Operação de Crédito		-6.175.950,89
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-11.274.361,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-14.681.426,11
TOTAL		-82.892.625,51

Fonte: SIAFI.

Demonstração das Variações Patrimoniais

2018

	NE	2018	2017	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas	09			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-	
Impostos		-	-	
Taxas		-	-	
Contribuições de Melhoria		-	-	
Contribuições		-	-	
Contribuições Sociais		-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	
Contribuição de Iluminação Pública		-	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.270.718,71	1.976.083,87	
Venda de Mercadorias		164.454,69	-	
Vendas de Produtos		-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.106.264,02	1.976.083,87	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,19	0,06	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-	
Juros e Encargos de Mora		0,19	0,06	
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	
Descontos Financeiros Obtidos		-	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-	
Aportes do Banco Central		-	-	
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-	
Transferências e Delegações Recebidas		403.336.761,23	341.239.160,67	
Transferências Intragovernamentais		393.120.462,49	335.638.640,76	
Transferências Intergovernamentais		9.607.033,24	4.741.170,06	
Transferências das Instituições Privadas		17.014,07	1.683,00	
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-	
Transferências de Consórcios Públicos		-	-	
Transferências do Exterior		-	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-	
Transferências de Pessoas Físicas		-	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		592.251,43	857.666,85	
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		36.906.297,96	80.272.002,89	
Reavaliação de Ativos		-	4.766.714,72	
Ganhos com Alienação		-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos		36.899.814,94	75.495.628,24	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		6.483,02	9.659,93	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		819.971,03	1.537.641,95	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-	
Resultado Positivo de Participações		-	-	
Operações da Autoridade Monetária		-	-	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		819.971,03	1.537.641,95	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		443.333.749,12	425.024.889,44	
Variações Patrimoniais Diminutivas	10			
Pessoal e Encargos		214.830.812,92	208.885.344,90	
Remuneração a Pessoal		165.840.458,63	162.359.725,07	
Encargos Patronais		35.567.206,16	33.498.416,81	
Benefícios a Pessoal		13.082.987,46	12.756.668,30	

Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	340.160,67	270.534,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.696.825,65	11.149.513,54
Aposentadorias e Reformas	11.602.265,90	9.336.314,50
Pensões	2.033.840,29	1.737.914,60
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	60.719,46	75.284,44
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	71.348.630,44	60.838.518,99
Uso de Material de Consumo	11.714.091,52	12.549.794,53
Serviços	58.014.968,69	46.893.058,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.619.570,23	1.395.666,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.276.717,71	561.816,72
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	29.870,82	51.712,68
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.246.846,89	510.104,04
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	46.464.000,92	35.960.409,13
Transferências Intragovernamentais	46.315.850,97	35.916.228,86
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	73.798,70	44.165,27
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	20.787,54	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	53.563,71	15,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	406.231,52	73.576.644,10
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	405.839,37	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	392,15	73.576.644,10
Tributárias	508.739,31	584.672,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.957,09	11.263,31
Contribuições	504.782,22	573.408,80
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.304.447,86	10.462.119,07
Premiações	80.100,00	73.800,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.174.907,88	9.563.030,80
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	49.439,98	825.288,27
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	359.836.406,33	402.019.038,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	08 83.497.342,79	23.005.850,88

Fonte: SIAFI.

Balço Orçamentário

2018

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	11	15.607.603,00	15.607.603,00	11.081.771,42	-4.525.831,58
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		307.195,00	307.195,00	335.097,90	27.902,90
Receita Agropecuária		216.000,00	216.000,00	164.454,69	-51.545,31
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		3.222.273,00	3.222.273,00	1.771.166,31	-1.451.106,69
Transferências Correntes		10.802.654,00	10.802.654,00	8.377.200,42	-2.425.453,58
Outras Receitas Correntes		1.059.481,00	1.059.481,00	433.852,10	-625.628,90
Receitas de Capital (II)		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II+III)		15.607.603,00	15.607.603,00	11.081.771,42	-4.525.831,58
Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito - Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		15.607.603,00	15.607.603,00	11.081.771,42	-4.525.831,58
Déficit (VII)				340.696.809,54	340.696.809,54
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		15.607.603,00	15.607.603,00	351.778.580,96	336.170.977,96
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados Líquidos					
Créditos Adicionais Reabertos					

Fonte: SIAFI.

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	SALDO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	12	265.220.232,00	277.810.166,00	314.417.707,12	283.633.368,50	266.548.271,87	-36.607.541,12
Pessoal e Encargos Sociais		202.194.371,00	217.988.258,00	215.738.566,49	215.738.566,49	201.803.455,12	2.249.691,51
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		63.025.861,00	59.821.908,00	98.679.140,63	67.894.802,01	64.744.816,75	-38.857.232,63
Despesas de Capital (X)		11.062.411,00	7.687.599,00	37.360.873,84	6.985.049,85	5.315.931,04	-29.673.274,84
Investimentos		11.062.411,00	7.687.599,00	37.360.873,84	6.985.049,85	5.315.931,04	-29.673.274,84
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (XI)		-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		276.282.643,00	285.497.765,00	351.778.580,96	290.618.418,35	271.864.202,91	-66.280.815,96
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		276.282.643,00	285.497.765,00	351.778.580,96	290.618.418,35	271.864.202,91	-66.280.815,96
TOTAL		276.282.643,00	285.497.765,00	351.778.580,96	290.618.418,35	271.864.202,91	-66.280.815,96

Fonte: SIAFI.

Execução dos Restos a Pagar não Processados 2018

R\$

NE	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)	
Despesas Correntes	13	31.420.619,46	32.636.582,38	32.876.417,36	31.764.322,33	5.193.061,49	27.099.818,02
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		31.420.619,46	32.636.582,38	32.876.417,36	31.764.322,33	5.193.061,49	27.099.818,02
Despesas de Capital		17.479.082,44	24.722.627,91	20.447.706,90	19.637.500,23	4.627.626,15	17.936.583,97
Investimentos		17.479.082,44	24.722.627,91	20.447.706,90	19.637.500,23	4.627.626,15	17.936.583,97
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		48.899.701,90	57.359.210,29	53.324.124,26	51.401.822,56	9.820.687,64	45.036.401,99

Fonte: SIAFI.

Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados 2018

R\$

NE	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f)=(a+b-c-d)	
Despesas Correntes	13	843.645,89	4.305.750,16	4.775.679,28	6.392,62	367.324,15
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		843.645,89	4.305.750,16	4.775.679,28	6.392,62	367.324,15
Despesas de Capital		147.154,64	386.245,36	386.245,36	-	147.154,64
Investimentos		147.154,64	386.245,36	386.245,36	-	147.154,64
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		990.800,53	4.691.995,52	5.161.924,64	6.392,62	514.478,79

Fonte: SIAFI.

Balço Financeiro 2018

R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
	NE	2018	2017		NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias (I)	14	11.081.771,42	7.746.474,86	Despesas Orçamentárias (VI)	15	351.778.580,96	329.015.815,26
Ordinárias		-	341.141,19	Ordinárias		266.913.121,10	73.345.924,72
Vinculadas		12.459.803,88	9.119.394,23	Vinculadas		84.865.459,86	255.669.890,54
Educação		58.306,86	46.824,70	Educação		336.907,15	213.799.483,15
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		12.401.497,02	9.072.569,53	Seguridade Social (Exceto RGPS)		39.564.975,03	32.785.380,80
				Previdência Social (RPPS)		10.324.597,55	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.378.032,46	-1.714.060,56	Operação de Crédito		6.175.950,89	2.494.764,00
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		11.253.540,68	6.567.417,48
				Outros Recursos Vinculados a Fundos		17.209.488,56	22.845,11
Transferências Financeiras Recebidas (II)		393.120.462,49	335.638.640,76	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		46.319.922,79	35.916.228,86
Resultantes da Execução Orçamentária		327.320.698,95	302.776.875,96	Resultantes da Execução Orçamentária		35.029.866,44	35.122.574,79
Repasse Recebido		292.305.510,65	267.654.301,17	Repasse Concedido		14.584,80	-
Sub-repasse Recebido		35.015.188,30	35.122.574,79	Sub-repasse Concedido		35.015.188,30	35.122.574,79
				Repasse Devolvido		93,34	-
Independentes da Execução Orçamentária		65.799.763,54	32.861.764,80	Independentes da Execução Orçamentária		11.290.056,35	793.654,07
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		65.577.078,90	32.854.982,32	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		10.731.844,58	397.245,70
				Demais Transferências Concedidas		94.362,38	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		222.684,64	6.782,48	Movimento de Saldos Patrimoniais		463.849,39	396.408,37
Aporte ao RPPS				Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS				Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		80.913.546,13	61.653.792,19	Despesas Extraorçamentárias (VIII)		57.155.366,29	37.331.167,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		18.754.215,44	3.810.205,91	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		5.161.924,64	6.834.431,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		61.160.162,61	57.359.210,29	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		51.401.822,56	29.984.534,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		608.977,33	482.715,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		590.479,09	512.201,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		390.190,75	1.660,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.140,00	-
Restituições a Pagar			1.660,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		1.140,00	-
Arrecadação de Outra Unidade		386.118,93		Demais Pagamentos			

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD – Exercício: 2018



Demais Recebimentos	4.071,82				
Saldo do Exercício Anterior (IV)	12.855.244,25	10.079.548,53	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	42.717.154,25	12.855.244,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.855.244,25	10.079.548,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.717.154,25	12.855.244,25
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	497.971.024,29	415.118.456,34	TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	497.971.024,29	415.118.456,34

Fonte: SIAFI.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2018

	NE	2018	2017
			R\$
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações (I)		55.201.586,63	11.619.612,11
Ingressos	17	405.201.401,99	343.869.491,61
 Receitas Derivadas e Originárias		2.704.571,00	3.513.725,80
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		335.097,90	241.674,15
Receita Agropecuária		164.454,69	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		1.771.166,31	1.734.519,83
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		433.852,10	1.537.531,82
 Transferências Correntes Recebidas		8.377.200,42	4.232.749,06
Intergovernamentais		8.360.186,35	4.231.066,06
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		8.360.186,35	4.231.066,06
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		17.014,07	1.683,00
 Outros Ingressos das Operações		394.119.630,57	336.123.016,75
Ingressos Extraorçamentários		608.977,33	482.715,99
Restituições a Pagar		-	1.660,00
Transferências Financeiras Recebidas		393.120.462,49	335.638.640,76
Arrecadação de Outra Unidade		386.118,93	-
Demais Recebimentos		4.071,82	-
Desembolsos	18	-349.999.815,36	-332.249.879,50
 Pessoal e Demais Despesas		-267.108.609,34	-261.728.291,80
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-10.700,00	-7.925,00
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-12.630.479,44	-11.079.754,70
Saúde		-29.483.311,09	-29.047.134,17
Trabalho		-	-
Educação		-224.984.118,81	-221.585.609,82
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-7.868,11
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-

Comércio e Serviços	-	-	
Comunicações	-	-	
Energia	-	-	
Transporte	-	-	
Desporto e Lazer	-	-	
Encargos Especiais	-	-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-35.979.664,14	-34.093.157,29	
Intergovernamentais	-	-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
A Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-35.885.077,90	-34.047.262,02	
Outras Transferências Concedidas	-94.586,24	-45.895,27	
Outros Desembolsos das Operações	-46.911.541,88	-36.428.430,41	
Dispêndios Extraorçamentários	-590.479,09	-512.201,55	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.140,00	-	
Transferências Financeiras Concedidas	-46.319.922,79	-35.916.228,86	
Demais Pagamentos	-	-	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	19	-25.339.676,63	-8.843.916,39
Ingressos	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
Desembolsos	-25.339.676,63	-8.843.916,39	-8.843.916,39
Aquisição de Ativo Não Circulante	-25.206.957,20	-8.687.710,98	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-132.719,43	-156.205,41	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	20	-	-
INGRESSOS	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa ((I+II+III)	16	29.861.910,00	2.775.695,72
Caixa e equivalentes de caixa inicial		12.855.244,25	10.079.548,53
Caixa e equivalente de caixa final		42.717.154,25	12.855.244,25

Fonte: SIAFI.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2018

Especificação	Patrimônio o/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	351.437.013,88	-	-	351.437.013,88
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-76.070.461,02	-	-	-76.070.461,02
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	23.005.850,88	-	-	23.005.850,88
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	298.372.403,74	-	-	298.372.403,74

Especificação	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	298.372.403,74	-	-	298.372.403,74
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	1.594.832,68	-	-	1.594.832,68
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	83.497.342,79	-	-	83.497.342,79
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	383.464.579,21	-	-	383.464.579,21

Fonte: SIAFI.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

2.1 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no MEC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.3 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”.

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

2.4 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

3 - Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para

os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(k) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(l) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(m) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

(n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo

contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(o) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(o.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(o.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(o.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo.

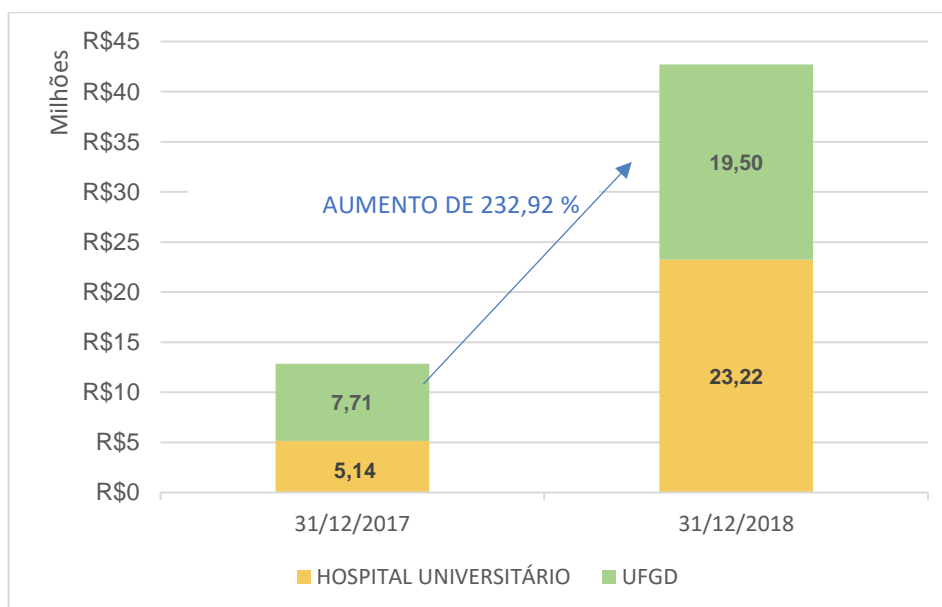
4 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em virtude das alterações para modernização no Sistema de Pagamento – emissão da ordem bancária em D+0, houve um aumento de 232,29% na conta Caixas e Equivalente de Caixa, em relação ao período anterior, como demonstrado no Tabela 1.

Figura 1: Caixa e equivalentes de caixa - 2017 e 2018



Fonte: SIAFI

Nesse novo formato são geradas Ordens de Pagamentos (OP), vinculadas aos compromisso que estão sendo realizados, e contabilizadas as reservas de recurso financeiro para uma conta específica (11112.20.03 = Lim de Saque c/ Vinc.Pagto- Ordem Pagto – OFSS) até a emissão das ordens bancárias, momento em que os recursos financeiros são enviados ao banco.

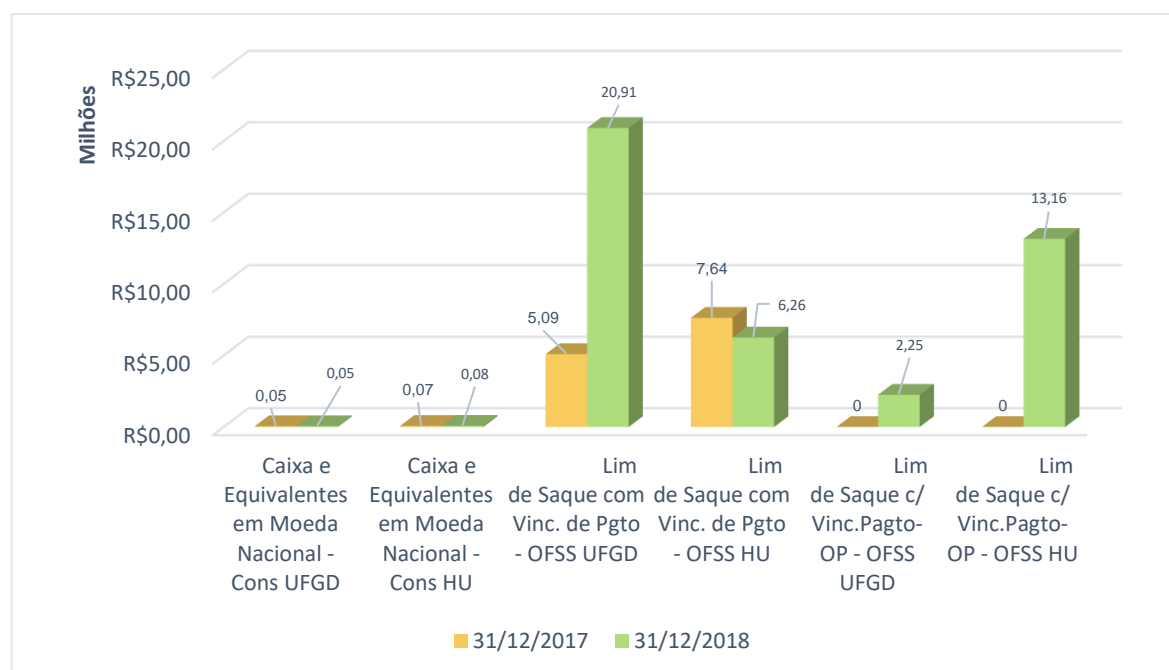
Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa

ATIVO	2018	2017	AH (%)	AV (%)
R\$				
Caixa e Equivalente de Caixa				
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional - Cons	132.010,93	125.018,09	5,59	0,31
HU/UFGD	52.420,31	51.646,81	1,50	0,12
UFGD	79.590,62	73.371,28	8,48	0,19
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional-Intra	42.585.143,32	12.730.226,16	234,52	99,69
HU/UFGD	23.163.336,56	5.092.481,83	354,85	54,22
UFGD	19.421.806,76	7.637.744,33	154,29	45,47
Lim de Saque com Vinc. de Pgto - OFSS	27.175.104,88	12.730.226,16	113,47	63,62
HU/UFGD	20.914.878,05	5.092.481,83	310,70	48,96
UFGD	6.260.226,83	7.637.744,33	-18,04	14,66
Lim de Saque c/ Vinc.Pagto- OP - OFSS	15.410.038,44	0,00	-	36,07
HU/UFGD	2.248.458,51	0,00	-	5,26
UFGD	13.161.579,93	0,00	-	30,81
Total	42.717.154,25	12.855.244,25	232,29	399,38

Fonte: SIAFI.

O valor de R\$ 15.410.038,44 são pagamentos realizados que aguardam a emissão da ordem bancária, quando será efetivada a transferência financeira ao banco. Com a implantação dessa na nova sistemática e como não há expediente bancário no dia 31/12/2018, os pagamentos foram efetivados em janeiro de 2019, o que gerou transporte dos saldos de pagamentos já realizados para o exercício posterior.

Figura 2 - Caixa e equivalentes de Caixa Categorizados por UG - 2017 e 2018



Fonte: SIAFI

Quanto ao saldo de R\$ 20.914.878,05, no HU/UFGD, com aumento de 310,70% em relação ao período anterior, está relacionado ao recebimento do recurso financeiro de emenda de bancada para a construção da Unidade da Mulher e Criança no valor de R\$ 8.971.439,00. Outros valores significativos estão a arrecadação da contratualização repassada via município de Dourados no

montante de R\$ 5.900.701,41 e repasse via cota Federal no valor de R\$ 3.726.128,88, os demais valores são referentes a arrecadação própria, Rehuf, bolsas de residências e despesas inscritas em restos a pagar, que terão sua execução financeira no exercício de 2019.

NE 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Houve um aumento de 107,59% na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. Conforme Tabela 2, essa variação foi referente à apropriação do adiantamento concedidos a pessoal, como o 13º salário e, principalmente, o adiantamento de férias, com uma variação de 85,94% em relação ao período anterior.

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

ATIVO	2018	2017	AH (%)	AV (%)	R\$
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo					
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	2.088.980,97	922.374,60	126,48	100,00	
13 Salário - Adiantamento	134.692,67	858.794,73	-84,32	6,45	
Adiantamento de Férias	1.795.179,59	63.579,87	2.723,50	85,94	
Salários e Ordenados - pagto antecipado	159.108,71	0,00	-	7,62	
Suprimento de Fundos - Adiantamento	0,00	0,00	-	0,00	
Adiantamentos de Transferência Legal	0,00	1.000,00	-100,00	0,00	
Outros Créditos a Rec e Valores a Curto Prazo	0,00	82.942,49	-100,00	0,00	
Total	2.088.980,97	1.006.317,09	107,59	200,00	

Fonte: SIAFI.

Tais saldos são reflexos da nova rotina de folha de pagamento, referentes aos lançamentos do 13º salário e férias, a fim de que o saldo registrado no Balanço Patrimonial represente, tão somente, os adiantamentos realizados e ainda não descontados do servidor/empregado.

NE 03 – Estoques

Em 31/12/2018, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 31.157.065,70 na conta de Estoques.

O item Material de Consumo representa 99,17% da conta de Estoques, com incremento de 9,03% em relação ao período anterior, sendo que o maior acréscimo (11,37%) ocorreu na UFGD, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Estoques – Composição

Estoques	2018	2017	AH (%)	AV (%)	R\$
Material de Consumo	30.898.594,70	28.340.121,14	9,03	99,17	
HU/UFGD	6.593.154,17	6.515.531,05	1,19	21,16	
UFGD	24.305.440,53	21.824.590,09	11,37	78,01	
Outros Estoques	258.471,00	318.799,82	-18,92	0,83	
UFGD	258.471,00	318.799,82	-18,92	0,83	
Total	31.157.065,70	28.658.920,96	8,72	100,00	

Fonte: SIAFI.

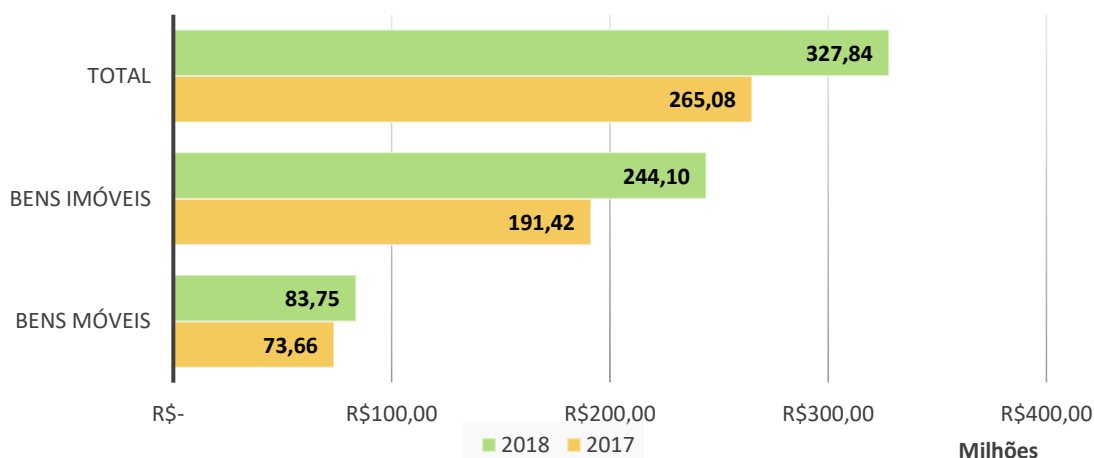
A unidade gestora UFGD realizou o inventário do estoque do almoxarifado no ano de 2018, porém, como os resultados não foram finalizados em dezembro/2018, não foi possível lançar as saídas por consumo no SIAFI, conseqüentemente, a conta Estoques não reflete os saldos dos materiais de consumo disponíveis na Unidade.

NE 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Figura 3 - Ativo Imobilizado - 2017 e 2018



Fonte: SIAFI

Em 31/12/2018, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 327.842.184,63 relacionados ao imobilizado. Conforme apresentado na Tabela 4, este saldo é composto por bens móveis (equipamentos e material permanente) e bens imóveis (edificações, construções, terrenos, fazendas, entre outros), bem como demonstra o total acumulado de despesas com depreciação, amortização e exaustão nos exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 4 - Imobilizado - Composição

Imobilizado	2018	2017	AH%	AV%	R\$
Bens Móveis					
(+) Valor Bruto Contábil	91.396.497,68	79.924.706,68	14,35	27,88	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-7.650.762,98	(6.261.574,55)	22,19	-2,33	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	-	0,00	
Bens Imóveis					
(+) Valor Bruto Contábil	244.622.889,36	191.717.668,07	27,60	74,62	

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-526.439,43	(296.057,63)	77,82	-0,16
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	-	0,00
Total	327.842.184,63	265.084.742,57	23,67	100,00

Fonte: SIAFI.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26350 em 31/12/2018 totalizavam R\$ 83.745.734,70 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5.

Tabela 5 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39.413.012,99	33.734.391,13	16,83	47,06
Bens de Informática	23.856.615,22	20.945.405,17	13,90	28,49
Móveis e Utensílios	14.671.705,08	13.649.983,27	7,49	17,52
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.072.891,19	5.449.642,13	11,44	7,25
Veículos	4.393.891,15	3.378.817,15	30,04	5,25
Peças e Conjuntos de Reposição				
Bens Móveis em Andamento	1.906.199,86	1.649.538,40	15,56	2,28
Bens Móveis em Almoarifado	0,00	90.975,00	-100,00	0,00
Armamentos				
Semoventes e Equipamentos de Montaria				
Demais Bens Móveis	1.082.182,19	1.025.954,43	5,48	1,29
Depreciação / Amortização Acumulada	(7.650.762,98)	(6.261.574,55)	22,19	-9,14
Total	83.745.734,70	73.663.132,13	13,69	100,00

Fonte: SIAFI.

Dos valores referentes à Depreciação/Amortização Acumulada (demonstrados na Tabela 5), R\$ 7.647.692,62 foram realizados pela unidade gestora do Hospital Universitário.

A unidade gestora UFGD ainda não está efetuando os lançamentos no SIAFI de depreciação dos bens móveis, amortização e a reavaliação. Consequentemente, seus reflexos não podem ser percebidos nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, pois não foram lançadas a depreciação, amortização e exaustão, a reavaliação, a redução a valor recuperável e os ajustes p/ perdas (Variações Patrimoniais Diminutivas) ou a reavaliação e ganhos com ativos (Variações Patrimoniais Aumentativas).

Importante destacar que na unidade gestora UFGD está em processo de implantação da depreciação. Existem divergências entre os valores do Sistema do Patrimônio da UFGD e o SIAFI (tais como classificações, valores que não foram incorporados ao Sistema de Patrimônio da UFGD), entretanto, está em andamento o processo de conciliação para constatar quais são as divergências entre os referidos sistemas e também a realização do inventário dos bens móveis. Essas atividades trarão subsídios para sanar as divergências supracitadas e realizar a implantação da depreciação, amortização e atualização monetária dos ativos permanentes.

Conforme demonstrado Tabela 5, dos Bens Móveis registrados no Órgão, 47,06% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto por principalmente Equipamentos/Utensílio Médicos, Odontológico (71,92%) e Aparelho de Medição e Orientação (10,23%), conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Composição

	R\$			
	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de Medição e Orientação	4.031.944,21	3.925.942,90	2,70	10,23
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	803.808,26	795.219,86	1,08	2,04
Equipam/Utensílios Médicos, Odontológico	28.347.141,38	23.016.770,17	23,16	71,92
Aparelho e Equipamento p/ Esportes	255.506,27	210.758,23	21,23	0,65
Equipamento de Proteção, Segurança	793.804,39	784.741,70	1,15	2,01
Maquinas e Equipamentos Industriai	989.985,26	989.985,26	0,00	2,51
Maquinas e Equipamentos Energético	1.391.697,01	1.363.178,27	2,09	3,53
Maquinas e Equipamentos Gráficos	56.550,20	52.260,20	8,21	0,14
Maquinas, Ferramentas e Utensílios	222.005,47	198.929,47	11,60	0,56
Equipamentos, Peças e Acessórios P	49.259,78	49.259,78	0,00	0,12
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	48.827,40	48.827,40	0,00	0,12
Maquinas e Utensílios Agropecuário	1.208.415,35	1.175.415,35	2,81	3,07
Equipamentos Hidráulicos e Elétrico	463.040,83	445.575,24	3,92	1,17
Maquinas, Utensílios e Equipamento	751.027,18	677.527,30	10,85	1,91
Total	39.413.012,99	33.734.391,13	16,83	100,00

Fonte: SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 244.096.449,93 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

	R\$			
	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	158.266.602,98	121.367.102,84	30,40	64,84
Bens de Uso Comum do Povo				
Bens Dominicais				
Bens Imóveis em Andamento	85.529.159,02	69.523.437,87	23,02	35,04
Instalações	757.674,66	757.674,66	0,00	0,31
Demais Bens Imóveis				
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	69.452,70	69.452,70	0,00	0,03
Redução ao Valor Recuperável				
Depreciação / Amortização Acumulada	(526.439,43)	(296.057,63)	77,82	-0,22
Total	244.096.449,93	191.421.610,44	27,52	100,00

Fonte: SIAFI.

De acordo com a Tabela 7, os Bens de Uso Especial correspondem a 64,84% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 158.266.602,98 em 31/12/2018 a valores brutos.

A conta Bens Imóveis em Andamento não reflete os valores das obras que ainda não foram concluídas.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Hospitais (Tabela 08).

A variação positiva de 117,04% apresentada no item Hospitais, conforme Tabela 8, decorre do registro incorreto do valor investido na obra realizada no Hospital Universitário que abriga a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera – “Casa da Mamãe e Bebê, que deveria ser no valor de R\$ 774.485,87 e, devido a inconformidades realizadas, foram registrados o valor de R\$ 32.085.014,13. As medidas necessárias já estão sendo tomadas para corrigir os lançamentos indevidos realizados.

Tabela 8 - Bens de Uso Especial – Composição

	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Fazendas, Parques e Reservas	11.381.985,56	11.381.985,56	0,00	9,08
Terrenos, Glebas	966.800,55	966.800,55	0,00	0,77
Aquartelamentos				
Imóveis de Uso Educacional	75.623.850,20	75.623.850,20	0,00	60,30
Edifícios				
Complexos, Fábricas e Usinas				
Imóveis Residenciais e Comerciais	1.866.648,45	1.866.648,45	0,00	1,49
Aeroportos, Estações e Aeródromos				
Hospitais	68.427.318,22	31.527.818,08	117,04	43,24
Total	158.266.602,98	121.367.102,84	30,40	100,00

Fonte: SIAFI.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é

interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

NE 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 987.449,59 relacionados a intangível.

Na Tabela 9 a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2018.

Tabela 9 - Intangível – Composição

	2018	2017	AH(%)	AV(%)
R\$				
HU/UFGD				
Software com Vida Útil Definida	23.850,00	23.850,00	0,00	2,42
Software com Vida Útil Indefinida				

Amortização Acumulada	(23.850,00)	(23.850,00)	0,00	-2,42
UFGD				
Software com Vida Útil Definida	832.698,40	772.099,01	7,85	84,33
Software com Vida Útil Indefinida	154.486,19	113.759,19	35,80	15,64
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	265,00	265,00	0,00	0,03
Amortização Acumulada				
Total	987.449,59	886.123,20	11,43	100

Fonte: SIAFI.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Definida na Unidade Gestora UFGD, que representa 84,33% do grupo, valor que ainda não começou a ser amortizado. Na Unidade Gestora HU/UFGD possui saldo de R\$ 23.850,00, valor esse que foi totalmente amortizado.

Cabe ressaltar que a UFGD está realizando um trabalho de revisão de seu patrimônio intangível, no sentido de adequar a nomenclatura e funcionalidades no SIAFI (conforme orientações da STN) e, posteriormente, reclassificar ou reavaliar tais bens, conforme for o caso.

NE 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

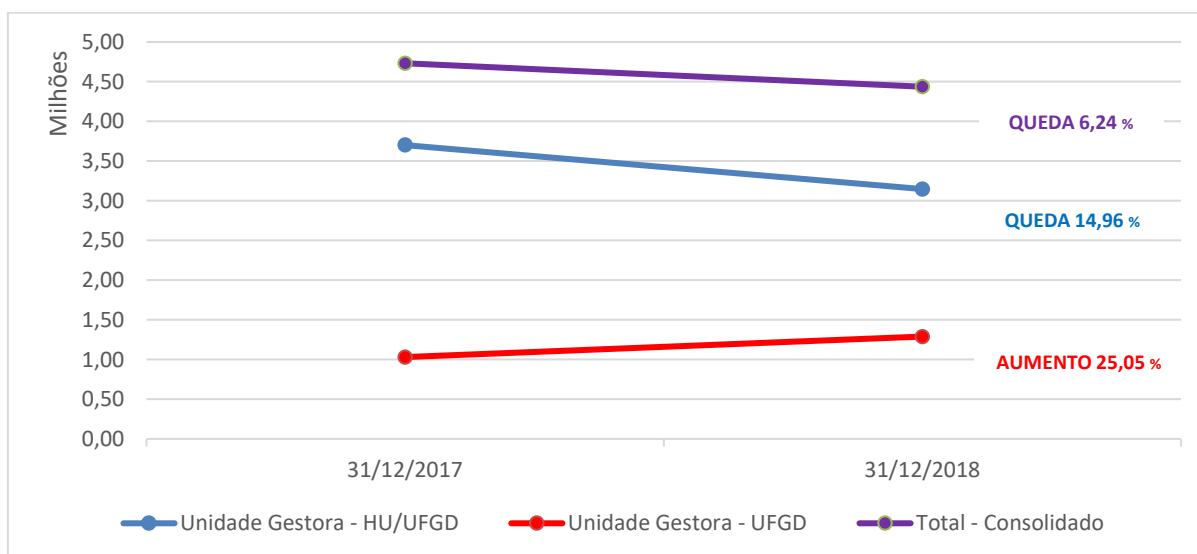
Em 31/12/2018, a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.436.839,34, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo essas obrigações a curto prazo e fornecedores nacionais, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	2018	2017	AH (%)
Circulante	4.436.839,34	4.732.124,27	-6,24
Nacionais	4.436.839,34	4.732.124,27	-6,24
Total	4.436.839,34	4.732.124,27	-6,24

Fonte: SIAFI.

Figura 4 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante



Fonte: SIAFI.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 11 relacionando-se as unidades gestoras do Órgão com os de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante

	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora - HU/UFGD	3.147.516,15	3.701.118,60	-14,96	70,94
Unidade Gestora - UFGD	1.289.323,19	1.031.005,67	25,05	29,06
Total	4.436.839,34	4.732.124,27	-6,24	100,00

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 12, relacionam-se os nove fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor

	2018	2017	AV (%)
Fornecedor A: 01645409/0003-90 - Auto Suture do Brasil Ltda	943.383,00		21,26
Fornecedor B: 2491628/00001-40 - Construtora LDN Ltda	804.140,67	198.430,94	18,12
Fornecedor C: 08675394/0001-90 - Liderança Limpeza e Conservação Ltda	452.343,36	88.965,11	10,20
Fornecedor D: 00482840/0001-38 - Safe Suporte a Vida e Comercio Internacional Ltda	405.944,07		9,15
Fornecedor E: 06865948/0001-96 - Energia Engenharia Serviços e Manutenções LTDA - EPP	283.104,57	283.104,57	6,38
Fornecedor F: 10482039/0001-46 - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - Funape	232.681,26	2.000,00	5,24
Fornecedor G: 85447969/0001-68 – Única Propaganda Ltda	115.279,77	11.467,56	2,60
Fornecedor H: 05652247/0001-06 - Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda	111.097,00		2,50
Fornecedor I: 03201601/0001-50 - Medlab Produtos para Laboratório Ltda	72.107,75	0,00	1,63
Demais Fornecedores	1.016.757,89	4.148.156,09	22,92
Total	4.436.839,34	4.732.124,27	100,00

Fonte: SIAFI.

Os fornecedores A, B, C, D representam 58,73 % do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor A: 01645409/0003-90 - Auto Suture do Brasil Ltda. Refere-se a aquisição de material permanente para atender o HU/UFGD, no valor de R\$ 943.383,00.

(b) Fornecedor B: 2491628/00001-40 - Construtora LDN Ltda. Refere-se a contratação da empresa para execução da primeira etapa da construção da Unidade da Mulher e da Criança (Unidade Perinatal) do HU/UFGD, no valor de R\$ 804.140,67;

(c) Fornecedor C: 00482840/0001-38 - Liderança Limpeza e Conservação Ltda. Na unidade gestora UFGD, refere-se a prestação de serviço de manutenção predial com fornecimento de mão de obra e materiais, no valor de R\$ 358.860,80. Na unidade gestora HU/UFGD refere-se à contratação de prestação de serviços de lavanderia, no valor de R\$ 93.482,56;

(d) Fornecedor D: 00482840/0001-38 - Safe Suporte a Vida e Comercio Internacional Ltda. Refere-se a aquisição de aparelho de anestesia, a ser pago pela Unidade Gestora UFGD, no valor de R\$ 405.944,07.

NE 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Órgão possuía um saldo de R\$ 69.086.510,07, relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a Tabela 13, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

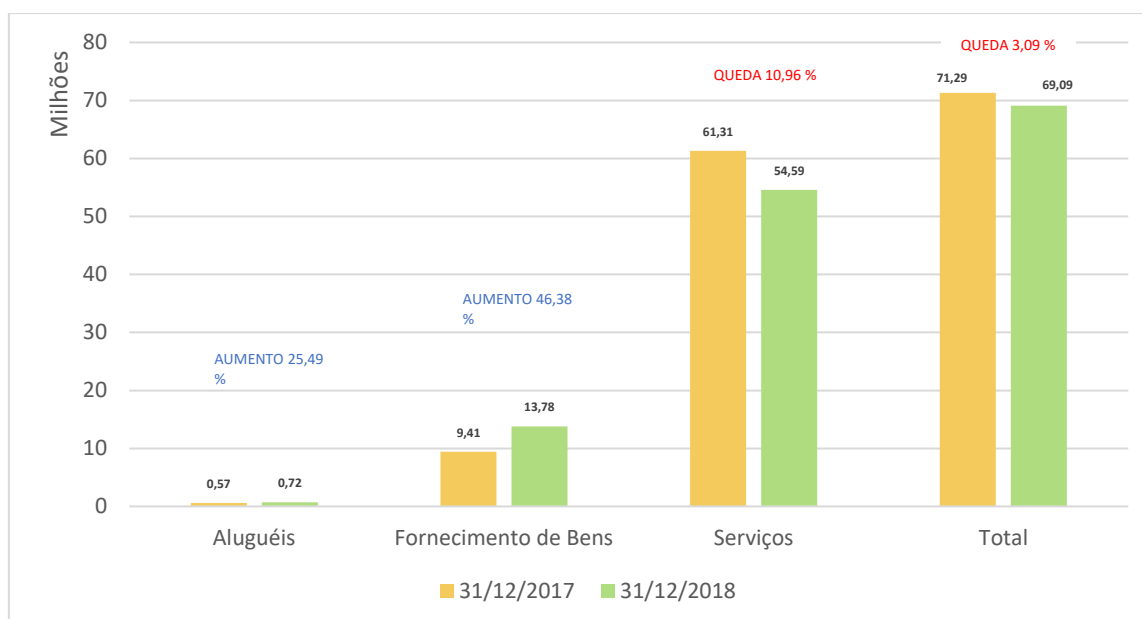
Tabela 13 - Obrigações Contratuais - Composição

	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	719.228,16	573.135,43	25,49	1,04
Fornecimento de Bens	13.776.067,44	9.411.244,72	46,38	19,94
Empréstimos e Financiamentos				
Seguros				
Serviços	54.591.214,47	61.307.478,43	-10,96	79,02
Demais				
Total	69.086.510,07	71.291.858,58	-3,09	100,00

Fonte: SIAFI.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços assumidos pela UFGD até 31/12/2018.

Figura 5 - Obrigações Contratuais - Composição



Fonte: SIAFI.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 14 contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes pertencentes ao Órgão e os valores na data base de 31/12/2018.

Tabela 14 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante

	R\$			
	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora HU/UFGD	64.548.425,21	66.384.659,19	-2,77	93,43
Unidade Gestora UFGD	4.538.084,86	4.907.199,39	-7,52	6,57
Total	69.086.510,07	71.291.858,58	-3,09	100,00

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora HU/UFGD é responsável por 93,43% do total contratado do órgão registrado no SIAFI. A UG HU/UFGD está registrando o valor total do Contrato e termos aditivos usando o cronograma/SIASG, enquanto que a UG UFGD está registrando o valor da nota fiscal na liquidação da despesa no SIAFI.

Na Tabela 15, relacionam-se os 06 (seis) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 15 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

	R\$			
	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Contratado A: 24.916.280/0001-40- Construtora LDN Ltda	26.905.562,95	33.771.728,70	-20,33	38,94
Contratado B: 00970175/0001-21 M.S. Diagnostica Ltda	10.105.590,34	6.689.160,92	51,07	14,63
Contratado C: 02282245/0001-84 - Presta Construtora e Serviços Gerais Ltda	6.728.149,13	944.156,99	612,61	9,74
Contratado D: 36781037/0003-03 - Oxinal Oxigênio Nacional Ltda – EPP	3.020.754,29	2.674.977,81	12,93	4,37
Contratado E: 15413826-0001-50 - Energisa Mato Grosso do Sul	2.061.765,01	1.344.796,17	53,31	2,98
Contratado F: 19378769/0053-05 - Instituto Hermes Pardini S/A	1.793.657,35	0,00	-	2,60
Demais	18.471.031,00	25.867.037,99	-28,59	26,74
Total	69.086.510,07	71.291.858,58	-3,09	100,00

Fonte: SIAFI.

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 63,31% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: 24.916.280/0001-40- Construtora LDN Ltda. Refere-se ao contrato nº 06/2017 da contratação para a execução da primeira etapa da Unidade da Mulher e da Criança, cujo contratante é a unidade gestora HU/UFGD.

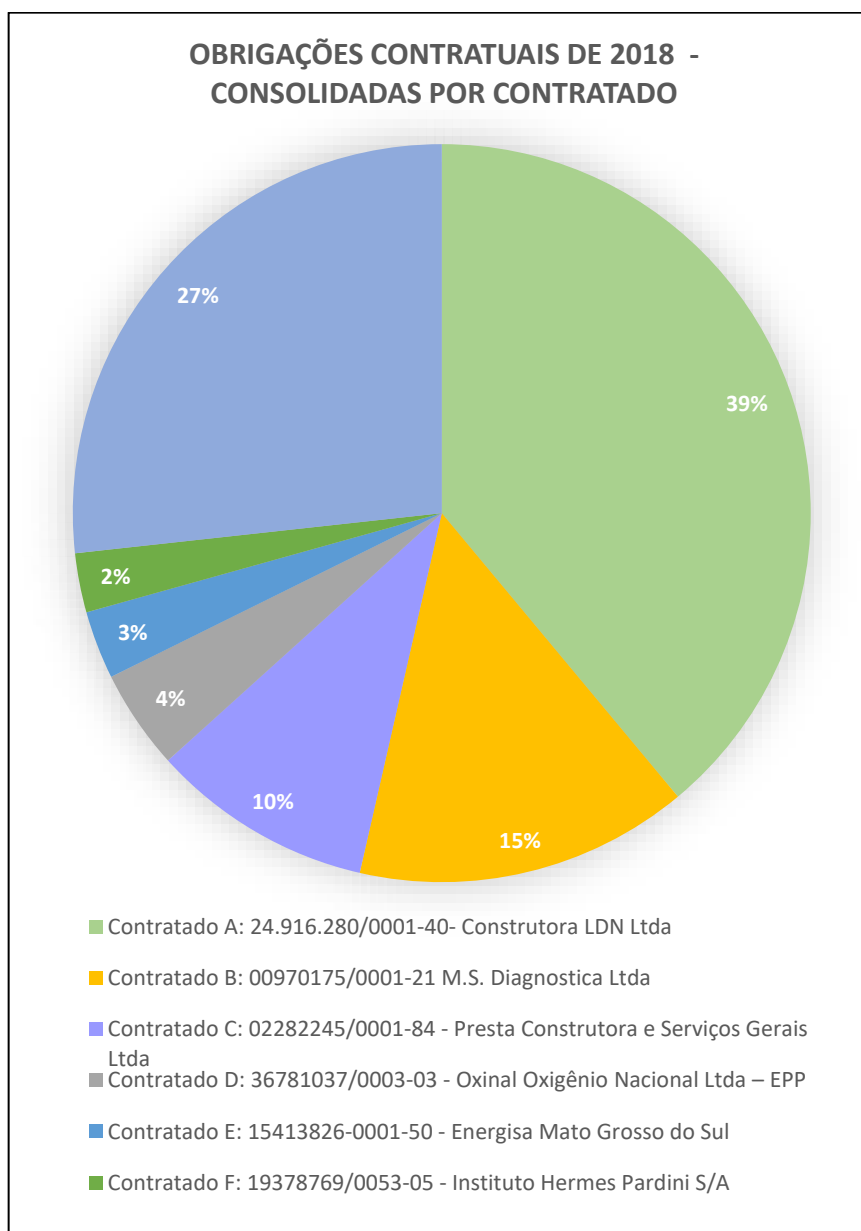
(b) Contratado B: 00.970.175/0001-21 - M.S. Diagnostica Ltda - Refere-se a três contratos de prestação de serviço cujo contratante é a unidade gestora HU/UFGD. Este saldo refere-se aos contratos:

Contrato	Identificação	Representante	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
----------	---------------	---------------	---

CT 09/2014	locação de equipamentos laboratoriais e fornecimento de testes, reagentes, insumos, assistência técnica e treinamento de pessoal	Valter Bruno	11/04/2017 a 10/04/2018. data de ass. 13/03/2017
CT 13/2016	locação de equipamentos para laboratórios, incluindo o fornecimento de testes, assistência técnica de equipamentos e treinamento de pessoal	Valter Bruno	21/05/2017 a 20/08/2018 data de ass. 13/03/2017
CT 26/2014	locação de equipamentos laboratoriais, incluídos o fornecimento de testes, reagentes e insumos, e assistência técnica dos equipamentos locados	Valter Bruno	15/08/2017 a 14/08/2018 data de ass. 24/07/2017

(c) Contratado C: 02282245/0001-84 - Presta Construtora e Serviços Gerais Ltda. Refere se a pagamento de prestação de serviço de limpeza e higienização a ser pago pelas Unidades Gestoras HU/UFGD e UFGD.

Figura 6 - Obrigações Contratuais – Por Contratado



Fonte: SIAFI.

5 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício corrente, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

NE 08 - Resultado Patrimonial do Período

Em 2018, a UFGD apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 83.497.342,79. As variações patrimoniais positivas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) foram superiores às variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos).

Tabela 16 - Resultado Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH (%)	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas	443.333.749,12	425.024.889,44	4,31	
Variações Patrimoniais Diminutivas	359.836.406,33	402.019.038,56	-10,49	
Resultado Patrimonial do Período	83.497.342,79	23.005.850,88	262,94	

Fonte: SIAFI.

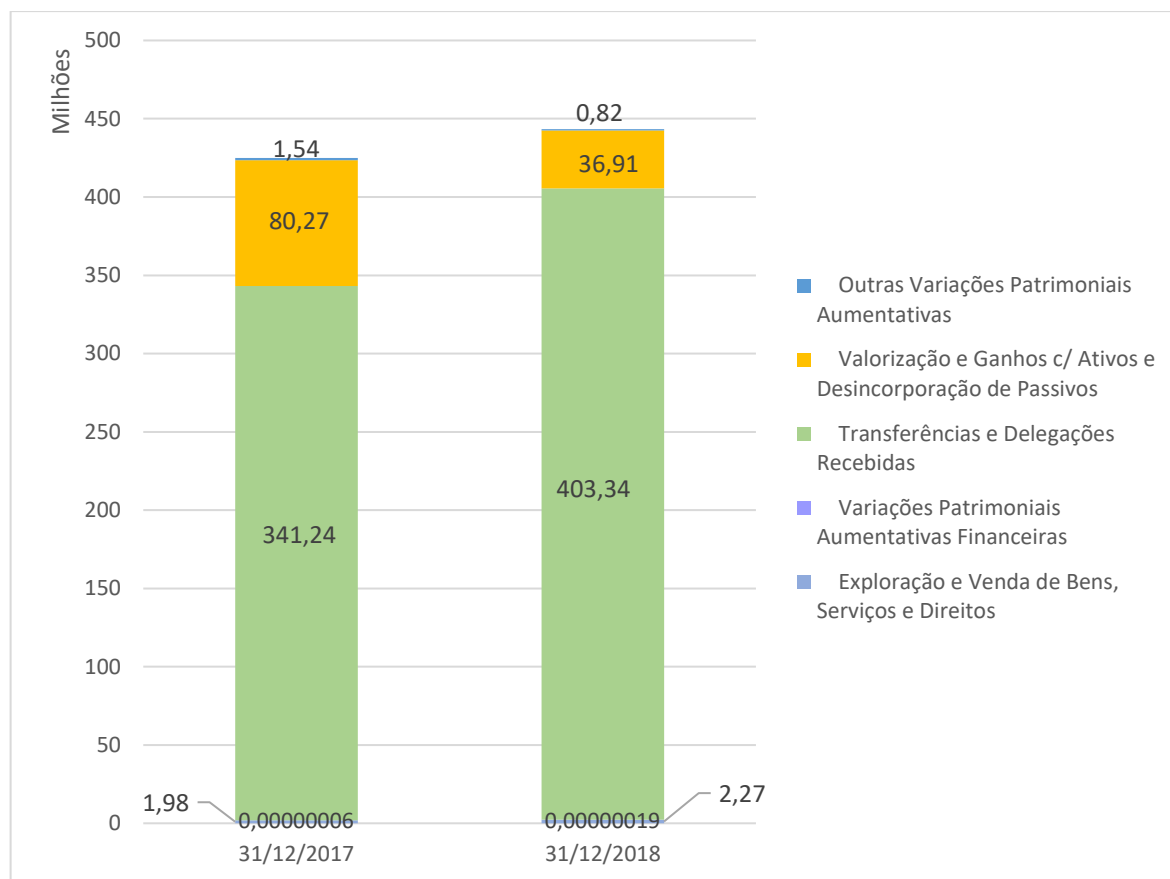
NE 09 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH (%)	AV (%)	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas	443.333.749,12	425.024.889,44	4,31	100,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Contribuições	-	-	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.270.718,71	1.976.083,87	14,91	0,51	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,19	0,06	216,67	0,00	
Transferências e Delegações Recebidas	403.336.761,23	341.239.160,67	18,20	90,98	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	36.906.297,96	80.272.002,89	-54,02	8,32	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	819.971,03	1.537.641,95	-46,67	0,18	

Fonte: SIAFI.

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item mais representativo no período foi de Transferências e Delegações Recebidas, com R\$ 403.336.761,23, representando 90,98% do total das VPAs, conforme demonstrado na Tabela 17.

Figura 7 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras Recebidas – Resultantes da Execução Orçamentária - são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas:

- a) cota;
- b) repasse; e
- c) sub-repasse.

Elas representam a disponibilidade financeira recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA, da seguinte forma:

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros órgãos vinculados ao MEC: repasse;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada universidade e/ou instituto: sub-repasse.

Há também as Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – que são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobam os recursos recebidos pelo MEC, da COFIN/STN, e de outros órgãos da administração pública.

Tabela 18 - Composição das Transferências e Delegações Recebidas

	R\$			
Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Transferências e Delegações Recebidas	403.336.761,23	341.239.160,67	18,20	90,98
Transferências Intragovernamentais	393.120.462,49	335.638.640,76	17,13	88,67
Transferências Intergovernamentais	9.607.033,24	4.741.170,06	102,63	2,17
Transferências das Instituições Privadas	17.014,07	1.683,00	910,94	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-		
Transferências de Consórcios Públicos	-	-		
Transferências do Exterior	-	-		
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-		
Transferências de Pessoas Físicas	-	-		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	592.251,43	857.666,85	-30,95	0,13

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 18 pode-se visualizar que as Transferências Intragovernamentais são as mais representativas, perfazendo 88,67% das VPAs. No entanto, também houve um acréscimo considerável nas Transferências Intergovernamentais de 102,63%. Esses recursos são provenientes das transferências realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Dourados para o HU/UFGD.

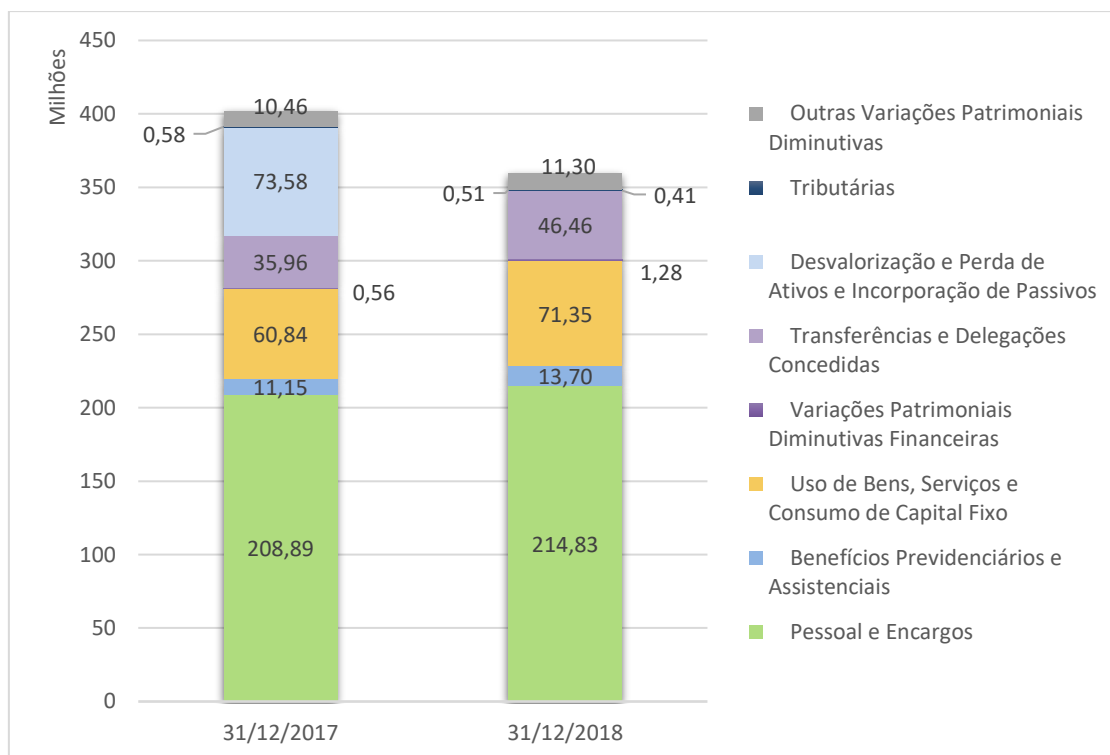
NE 10 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item mais representativo no período foi de Pessoal e Encargos que, somado com os Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representam 51,55% do total das VPDs, conforme demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$			
Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas	359.836.406,33	402.019.038,56	-10,49	81,17
Pessoal e Encargos	214.830.812,92	208.885.344,90	2,85	48,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.696.825,65	11.149.513,54	22,85	3,09
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	71.348.630,44	60.838.518,99	17,28	16,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.276.717,71	561.816,72	127,25	0,29
Transferências e Delegações Concedidas	46.464.000,92	35.960.409,13	29,21	10,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	406.231,52	73.576.644,10	-99,45	0,09
Tributárias	508.739,31	584.672,11	-12,99	0,11
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.304.447,86	10.462.119,07	8,05	2,55

Fonte: SIAFI.

Figura 8 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Fonte: SIAFI.

Apesar da VPD relativa Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras apresentar um acréscimo de 127,25%, em relação ao ano anterior, representa apenas 0,29% do montante da VPD.

A VPD relativa a Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo também apresentou acréscimo significativo, de 17,28%. Esse item é composto pelas VPDs de Uso de Material de Consumo (6,66%), Serviços (23,72%) e Depreciação, Amortização e Exaustão (0,37%), como apresentado na Tabela 20.

Tabela 20 - Composição do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	71.348.630,44	60.838.518,99	17,28	16,09
Uso de Material de Consumo	11.714.091,52	12.549.794,53	-6,66	2,64
Serviços	58.014.968,69	46.893.058,01	23,72	13,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.619.570,23	1.395.666,45	16,04	0,37

Fonte: SIAFI.

6 - Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

NE 11 - Receitas

Em 2018, as receitas realizadas na UFGD atingiram o montante de R\$ 11.081.771,42, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 351.778.580,96, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 340.696.809,54.

Essa disparidade pode ser justificada pelas informações de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 327.320.698,95. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 404.202.233,91, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o final de 2018, que foram de R\$ 351.778.580,96.

Pela análise da Tabela 21, as receitas realizadas (R\$ 11.081.771,42) alcançaram 71% da previsão atualizada (R\$ 15.607.603,00), e 100% corresponde a receitas correntes.

As despesas empenhadas (R\$ 351.778.580,96) alcançaram 123,22% do total da Dotação Atualizada (R\$ 285.497.765,00), sendo que 89,38% correspondem à despesa corrente e 10,62% a despesa de capital.

Tabela 21 - Receitas e Despesas por Categoria Econômica

R\$				
Categoria Econômica	Previsão/Fixação	Realização/Execução	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas correntes	15.607.603,00	11.081.771,42	71,00	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	-	0,00
Total das Receitas	15.607.603,00	11.081.771,42	71,00	100,00
Despesas correntes	277.810.166,00	314.417.707,12	113,18	89,38
Despesas de Capital	7.687.599,00	37.360.873,84	485,99	10,62
Total das Despesas	285.497.765,00	351.778.580,96	123,22	100,00
Superávit/(Déficit)		(340.696.809,54)		

Fonte: SIAFI.

Comparando-se as receitas realizadas em 2018, com 2017, verifica-se que as receitas correntes tiveram uma evolução na sua arrecadação. Houve um incremento no valor de R\$ 3.335.296,56, o que equivale a um acréscimo de 43,06%, conforme demonstrado na Tabela 22.

Tabela 22 - Receitas Realizadas - Categoria Econômica

	R\$			
Categoria Econômica	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Receitas correntes	11.081.771,42	7.746.474,86	43,06	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	11.081.771,42	7.746.474,86	43,06	100,00

Fonte: SIAFI.

São da categoria econômica “Receitas Correntes” que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Figura 9 - Receitas Correntes Realizadas - Composição

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 23 é apresentada a composição das receitas correntes realizadas. Na comparação das receitas correntes realizadas em 2018, com o ano anterior, as maiores evoluções referem-se às contas Transferências Correntes de 97,91% e Receita Patrimonial (Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado de 38,66%).

Tabela 23 - Receitas Correntes Realizadas - Composição

	R\$			
Origem da Receita	2018	2017	AH (%)	AV (%)
Receita Patrimonial				

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	335.097,90	241.674,15	38,66	3,02
Receita Agropecuária	164.454,69	0,00	-	1,48
Receita de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.771.166,31	1.734.519,83	2,11	15,98
Transferências Correntes	8.377.200,42	4.232.749,06	97,91	75,59
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	393.069,58	396.713,38	-0,92	3,55
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40.782,52	1.140.818,44	-96,43	0,37
Total das Receitas	11.081.771,42	7.746.474,86	43,06	100,00

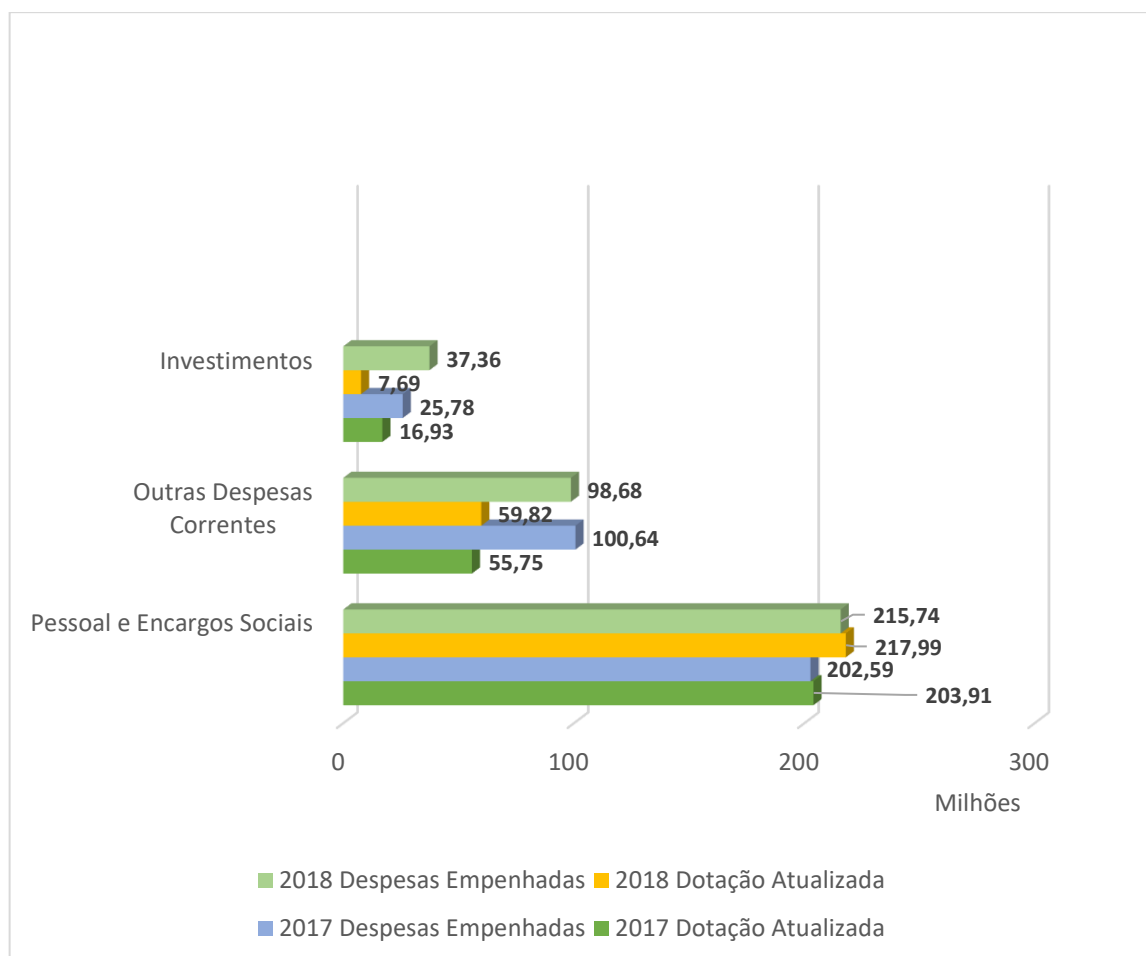
Fonte: SIAFI.

NE 12 - Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na Tabela 24, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Figura 10: Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição



Fonte: SIAFI.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da Tabela 24, todos os grupos de despesa tiveram uma evolução em 2018, comparado a 2017, com destaque para Investimentos, que apresentou um acréscimo de 44,90%.

Tabela 24 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição

R\$

Grupo de Despesa	2018		2017		AH (Emp 2018/2017) (%)	Emp/Dot 2018 (%)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Encargos Sociais	217.988.258,00	215.738.566,49	203.912.396,00	202.591.596,97	6,49	98,97
2 – Juros e Encargos da Dívida						
3 – Outras Despesas Correntes	59.821.908,00	98.679.140,63	55.749.166,00	100.640.718,94	-1,95	164,95
Subtotal Desp. Correntes	277.810.166,00	314.417.707,12	259.661.562,00	303.232.315,91	3,69	113,18
4 - Investimentos	7.687.599,00	37.360.873,84	16.930.503,00	25.783.499,35	44,90	485,99
5- Inversões Financeiras						
6 – Amortização Dívida						
Subtotal Desp. Capital	7.687.599,00	37.360.873,84	16.930.503,00	25.783.499,35	44,90	485,99
9 – Reserva de contingência						
Total	285.497.765,00	351.778.580,96	276.592.065,00	329.015.815,26	6,92	123,22

Fonte: SIAFI.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada no ano de 2018, todos os grupos tiveram um percentual de execução acima de 98%.

NE 13 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

As despesas inscritas em Restos a Pagar, inscritas em exercícios anteriores e em 31/12 do exercício anterior, totalizava R\$ 111.941.708,24 e está distribuída, conforme demonstrado na Tabela 25.

Tabela 25 - Restos a Pagar - Composição

R\$

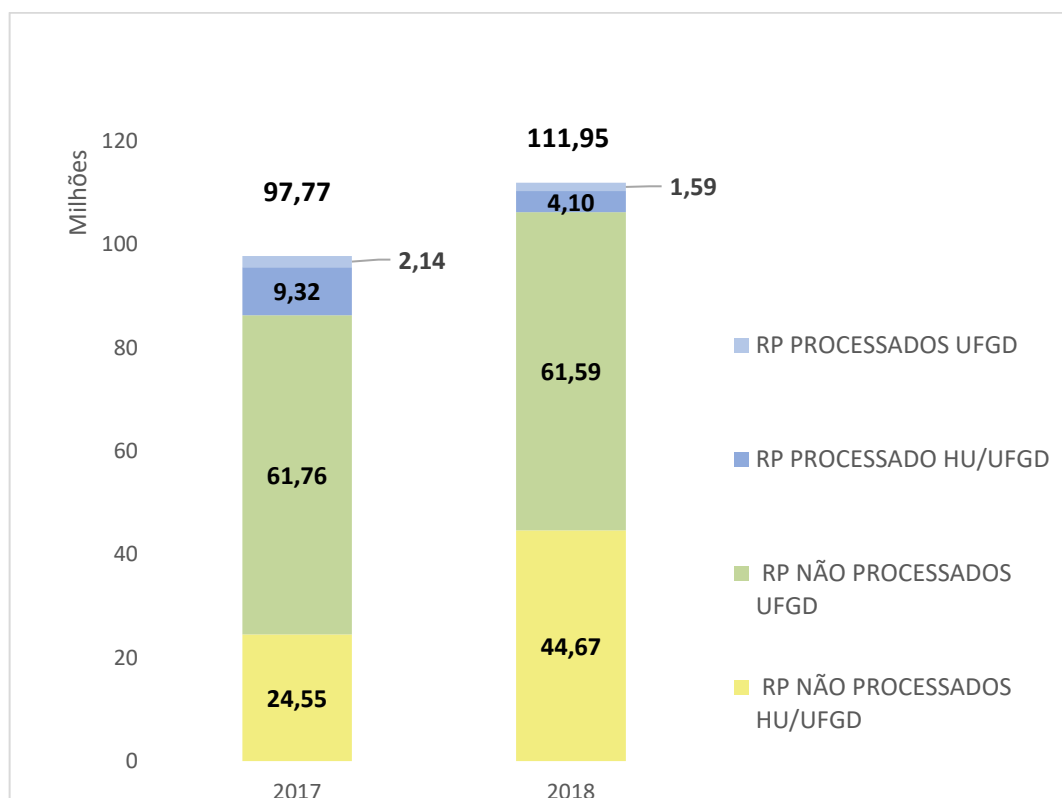
	2018	2017	AH(%)	AV(%)
RP NAO PROCESSADOS	106.258.912,19	86.309.935,59	23,11	94,92
.....HU/UFGD	44.668.883,28	24.549.146,70	81,96	39,90
.....UFGD	61.590.028,91	61.760.788,89	-0,28	55,02
RP PROCESSADOS	5.682.796,05	11.459.086,22	-50,41	5,08
.....HU/UFGD	4.096.544,40	9.315.146,47	-56,02	3,66
.....UFGD	1.586.251,65	2.143.939,75	-26,01	1,42
TOTAL	111.941.708,24	97.769.021,81	14,50	200,00

Fonte: SIAFI.

De acordo com a Tabela 25, 94,92% dos valores inscritos em restos a pagar estão na conta de restos a pagar não processados, com uma evolução de 23,11% em relação ao ano anterior.

Dos valores inscritos em restos a pagar não processados, a UFGD possui o maior volume, correspondendo a 55,02% dos valores inscritos, entretanto, o HU/UFGD possui a maior evolução, de 81,96%.

Figura 11 - Restos a Pagar – Composição



Fonte: SIAFI.

Quanto à execução de restos a pagar inscritos não processados, conforme Tabela 26, foram liquidados 50,18% e cancelados 9,24% dos valores inscritos. A unidade gestora UFGD foi responsável por 68,68% dos valores liquidados. Desses valores, 39,36% são referentes aos Restos a Pagar não Processados inscritos no ano de 2017.

Dos valores cancelados, destaca-se a unidade gestora UFGD, que foi responsável por 65,63% do total. Desses valores, 34,66% correspondem aos cancelamentos realizados nos Restos a Pagar não Processados inscritos no ano de 2014.

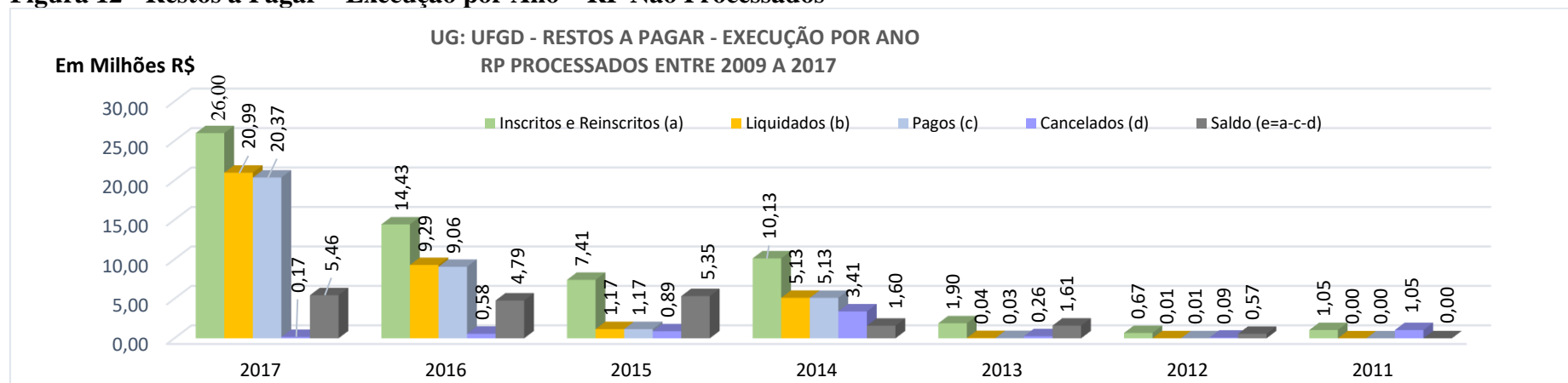
Tabela 26 - Restos a Pagar – Execução por Ano

	Inscritos/ Reinscritos (a)	AV Insc e Reinscr (%)	Liquidados (b)	Liq/Insc e Reinsc (%)	AV Liq (%)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Canc/Insc e Reinscr (%)	AV Canc (%)	Saldo (e=a-c-d)	AV Saldo (%)
RP não Processados	106.258.912,19	94,92	53.324.124,26	50,18	200,00	51.401.822,56	9.820.687,64	9,24	99,93	45.036.401,99	98,87
HU/UFGD	44.668.883,28	39,90	16.699.757,55	37,39	31,32	15.642.291,82	3.371.225,13	7,55	34,31	25.655.366,33	56,32
2017	31.358.958,41	28,01	16.320.991,69	52,05	30,61	15.278.781,66	1.735.271,29	5,53	17,66	14.344.905,46	31,49
2016	6.251.815,02	5,58	297.039,62	4,75	0,56	297.039,62	601.864,49	9,63	6,12	5.352.910,91	11,75
2015	6.009.795,80	5,37	6.042,78	0,10	0,01	6.042,78	61.458,76	1,02	0,63	5.942.294,26	13,05
2014	538.497,16	0,48	60.427,76	11,22	0,11	60.427,76	478.069,40	88,78	4,86	0,00	0,00
2013	415.749,73	0,37	15.255,70	3,67	0,03	0,00	400.494,03	96,33	4,08	15.255,70	0,03
2012	54.682,56	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	54.682,56	100,00	0,56	0,00	0,00
2010	39.384,60	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	39.384,60	100,00	0,40	0,00	0,00
UFGD	61.590.028,91	55,02	36.624.366,71	59,46	68,68	35.759.530,74	6.449.462,51	10,47	65,63	19.381.035,66	42,55
2017	26.000.251,88	23,23	20.985.962,30	80,71	39,36	20.367.233,49	171.395,87	0,66	1,74	5.461.622,52	11,99
2016	14.432.347,15	12,89	9.290.117,22	64,37	17,42	9.060.742,34	577.054,64	4,00	5,87	4.794.550,17	10,53
2015	7.409.673,41	6,62	1.169.301,88	15,78	2,19	1.169.118,02	892.444,06	12,04	9,08	5.348.111,33	11,74
2014	10.127.440,33	9,05	5.133.282,29	50,69	9,63	5.125.113,39	3.406.551,28	33,64	34,66	1.595.775,66	3,50
2013	1.901.126,91	1,70	36.979,52	1,95	0,07	28.600,00	263.227,00	13,85	2,68	1.609.299,91	3,53
2012	669.888,64	0,60	8.723,50	1,30	0,02	8.723,50	92.031,07	13,74	0,94	569.134,07	1,25
2011	1.049.300,59	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.046.758,59	99,76	10,65	2.542,00	0,01
2009	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00		-	0,00	0,00	0,00

	Inscritos/ Reinscritos (a)	AV Insc e Reinscr (%)	Liquidados (b)	Liq/Insc e Reinsc (%)	AV Liq (%)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Canc/Insc e Reinscr (%)	AV Canc (%)	Saldo (e=a-c-d)	AV Saldo (%)
RP Processados	5.682.796,05	5,08	-	-	-	5.161.924,64	6.392,62	0,11	0,07	514.478,79	1,13
HU/UFGD	4.096.544,40	3,66	-	-	-	4.032.680,96	5.642,62	0,14	0,06	58.220,82	0,13
2017	2.902.475,24	2,59	-	-	-	2.896.766,60	5.642,62	0,19	0,06	66,02	0,00
2016	849.889,25	0,76	-	-	-	832.064,05	0,00	0,00	0,00	17.825,20	0,04
2015	210.462,17	0,19	-	-	-	210.462,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	125.086,74	0,11	-	-	-	84.757,14	0,00	0,00	0,00	40.329,60	0,09
2013	8.631,00	0,01	-	-	-	8.631,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
UFGD	1.586.251,65	1,42	-	-	-	1.129.243,68	750,00	0,05	0,01	456.257,97	1,00
2017	907.730,67	0,81	-	-	-	902.839,19	0,00	0,00	0,00	4.891,48	0,01
2016	144.543,19	0,13	-	-	-	140.463,96	0,00	0,00	0,00	4.079,23	0,01
2015	185.205,26	0,17	-	-	-	54.105,27	0,00	0,00	0,00	131.099,99	0,29
2014	279.949,69	0,25	-	-	-	31.835,26	0,00	0,00	0,00	247.364,43	0,54
2013	2.000,00	0,00	-	-	-	0,00	750,00	37,50	0,01	2.000,00	0,00
2012	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
2009	66.822,84	0,06	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	66.822,84	0,15
TOTAL	111.941.708,24	300,00	-	-	-	56.563.747,20	9.827.080,26	8,78	300,00	45.550.880,78	300,00

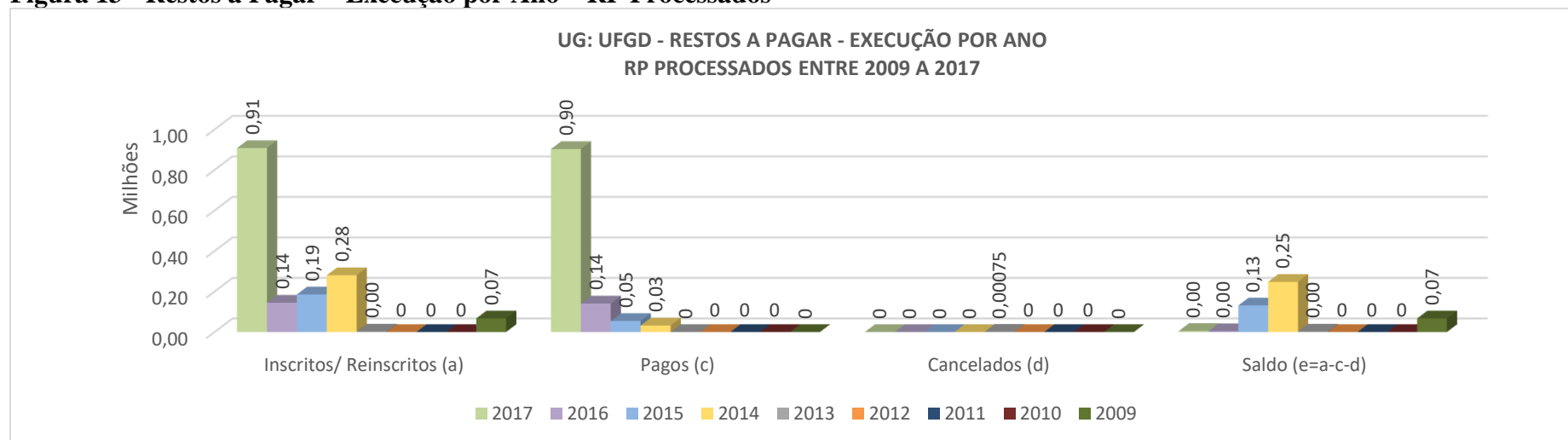
Fonte: SIAFI.

Figura 12 - Restos a Pagar – Execução por Ano – RP Não Processados



Fonte: SIAFI.

Figura 13 - Restos a Pagar – Execução por Ano – RP Processados



Fonte: SIAFI.

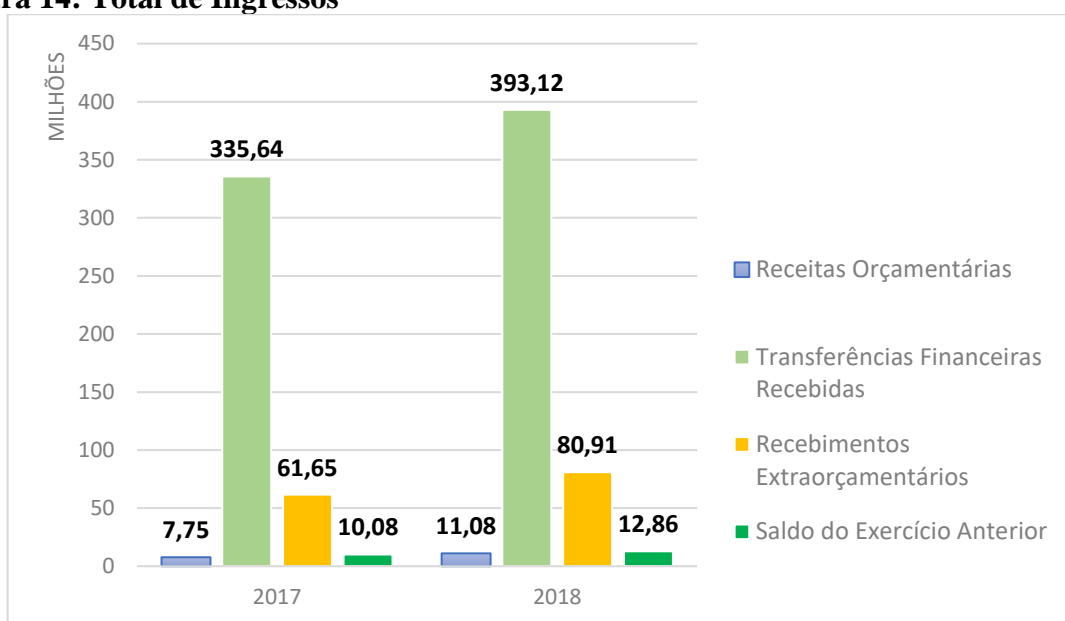
7 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

NE 14 - Ingressos

Verifica-se que as receitas orçamentárias e os recebimentos extraorçamentários tiveram um crescimento de 43,06% e 31,24%, respectivamente, conforme Tabela 27.

Figura 14: Total de Ingressos



Fonte: SIAFI.

Quanto às Transferências Financeiras Recebidas, verifica-se que tiveram um incremento de 17,13% em relação a 2017.

Tabela 27 - Total de Ingressos

INGRESSOS	R\$			
	2018	2017	AH	AV (2018)
Receitas Orçamentárias	11.081.771,42	7.746.474,86	43,06	2,23
Transferências Financeiras Recebidas	393.120.462,49	335.638.640,76	17,13	78,94
Recebimentos Extraorçamentários	80.913.546,13	61.653.792,19	31,24	16,25
Saldo do Exercício Anterior	12.855.244,25	10.079.548,53	27,54	2,58
TOTAL	497.971.024,29	415.118.456,34	19,96	100,00

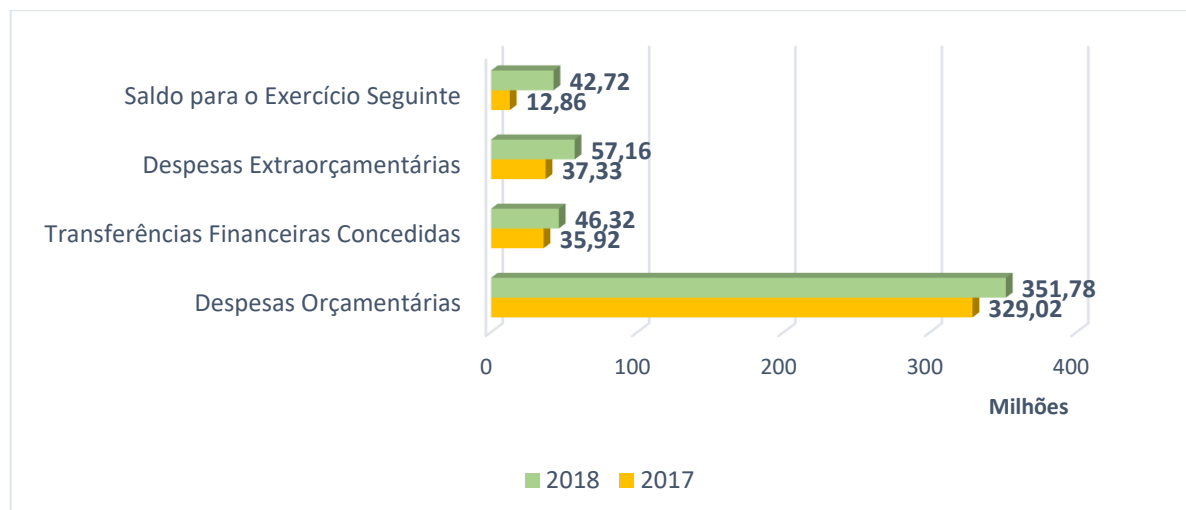
Fonte: SIAFI.

Verifica-se que um dos itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas, no total de R\$ 393.120.462,49.

NE 15 – Dispêndios

As despesas orçamentárias e extraorçamentárias tiveram um acréscimo de 6,92% e 53,10%, respectivamente, conforme Tabela 28.

Figura 15 - Total de Dispêndios



Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras Concedidas tiveram um incremento de 28,97%, demonstrado na Tabela 28.

Tabela 28 - Total de Dispêndios

DISPÊNDIOS	2018	2017	AH	R\$
				AV (2018)
Despesas Orçamentárias	351.778.580,96	329.015.815,26	6,92	70,64
Transferências Financeiras Concedidas	46.319.922,79	35.916.228,86	28,97	9,30
Despesas Extraorçamentárias	57.155.366,29	37.331.167,97	53,10	11,48
Saldo para o Exercício Seguinte	42.717.154,25	12.855.244,25	232,29	8,58
TOTAL	497.971.024,29	415.118.456,34	19,96	100,00

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse.

Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma:

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

As Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar,

que englobam os recursos recebidos pelo MEC, da COFIN/STN, e de outros órgãos da administração pública.

O resultado financeiro de 2018 foi superavitário em R\$ 29.861.910,00. Há duas metodologias de cálculo, apresentadas conforme Tabelas 29 e 30.

Pela metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos Ingressos quanto do lado dos Dispêndios.

Tabela 29 - Resultado Financeiro - Metodologia 1

	R\$		
(+) INGRESSOS	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Receitas Orçamentárias	11.081.771,42	7.746.474,86	43,06
Transferências Financeiras Recebidas	393.120.462,49	335.638.640,76	17,13
Recebimentos Extraorçamentários	80.913.546,13	61.653.792,19	31,24
(-) DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias	351.778.580,96	329.015.815,26	6,92
Transferências Financeiras Concedidas	46.319.922,79	35.916.228,86	28,97
Despesas Extraorçamentárias	57.155.366,29	37.331.167,97	53,10
(=) Resultado Financeiro	29.861.910,00	2.775.695,72	975,84

Fonte: SIAFI.

Pela metodologia 2, o resultado financeiro é obtido pela dedução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício seguinte”.

Tabela 30 - Resultado Financeiro – Metodologia 2

	R\$		
DISPÊNDIOS	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
(+) Saldo para o Exercício Seguinte	42.717.154,25	12.855.244,25	232,29
INGRESSOS			
(-) Saldo do Exercício Anterior	12.855.244,25	10.079.548,53	27,54
(=) Resultado Financeiro	29.861.910,00	2.775.695,72	975,84

Fonte: SIAFI.

8 - Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC):

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

NE 16 – Evolução da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Em decorrência do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro (BF). Portanto, no exercício de 2018, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 29.861.910,00, apresentando um significativo aumento em relação ao mesmo período de 2017, de 975,84%, conforme Tabela 31.

Tabela 31 - Resultado Financeiro BF x DFC

	R\$		
Resultado Financeiro BF x DFC	2018	2017	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte) (a)	42.717.154,25	12.855.244,25	232,29
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (Ex. Anterior) (b)	12.855.244,25	10.079.548,53	27,54
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (a-b)	29.861.910,00	2.775.695,72	975,84

Fonte: SIAFI.

Conforme mencionado na NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa, do Balanço Patrimonial, esse aumento expressivo na geração líquida de caixa, decorre da alteração do Sistema de Pagamento – emissão de ordem bancária D+0. Com a implantação dessa nova sistemática, os lançamentos realizados para pagamento da folha e demais fornecedores realizados no último dia do ano de 2018 foram efetivados somente em janeiro de 2019, pois a emissão de ordem de pagamento no último dia do mês gera ordem bancária no primeiro dia útil do mês subsequente, consequentemente há o transporte dos saldos financeiros para o exercício seguinte.

Também, conforme a NE mencionada, há o recebimento do recurso financeiro de emenda de bancada para a construção da Unidade da Mulher e Criança e outros valores referentes a contratualização repassada via município de Dourados para a manutenção do HU/UFGD.

Tabela 32 - Atividades DFC

	R\$		
Atividades	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	55.201.586,63	11.619.612,11	375,07
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-25.339.676,63	-8.843.916,39	186,52
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-

Fonte: SIAFI.

NE 17 - Atividades Operacionais – Composição dos Ingressos.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

No exercício de 2018, os ingressos mais expressivos para a UFGD na DFC foram o de Transferências Financeiras Recebidas que somaram R\$ 393.120.462,49. Esse valor equivale a 97,02 % do total de ingressos. Esse valor apresentou um aumento de 17,13 % em relação ao período anterior, conforme demonstrado na Tabela 33.

Tabela 33 – Atividades Operacionais – Composição dos Principais Ingressos

	R\$			
Atividades Operacionais - Ingressos	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (2018)
INGRESSOS	405.201.401,99	343.869.491,61	17,84	199,86
Receitas Derivadas e Originárias	2.704.571,00	3.513.725,80	-23,03	0,67
Receita Patrimonial	335.097,90	241.674,15	38,66	0,08
Receita de Serviços	1.771.166,31	1.734.519,83	2,11	0,44
Outras Receitas Derivadas e Originárias	433.852,10	1.537.531,82	-71,78	0,11
Transferências Correntes Recebidas	8.377.200,42	4.232.749,06	97,91	2,07
Intergovernamentais	8.360.186,35	4.231.066,06	97,59	2,06
Outras Transferências Correntes Recebidas	17.014,07	1.683,00	910,94	0,00
Outros Ingressos das Operações	394.119.630,57	336.123.016,75	17,25	97,27
Ingressos Extraorçamentários	608.977,33	482.715,99	26,16	0,15
Restituições a Pagar		1.660,00	-100,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	393.120.462,49	335.638.640,76	17,13	97,02
Arrecadação de Outra Unidade			-	-

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pela UFGD do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento, das diversas despesas da instituição.

Também pode-se apontar como relevante os ingressos relativos a Transferência Correntes Recebidas Intergovernamentais, no valor de R\$ 8.360.186,35, representando um aumento de 97,91 %, em relação ao mesmo período do ano anterior (vide Tabela 33). Esse valor corresponde a contratualização repassada via município de Dourados para a manutenção do HU/UFGD.

Conforme o MCASP - 7ª Edição, o grupo Transferências Intergovernamentais compreende a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recebedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal.

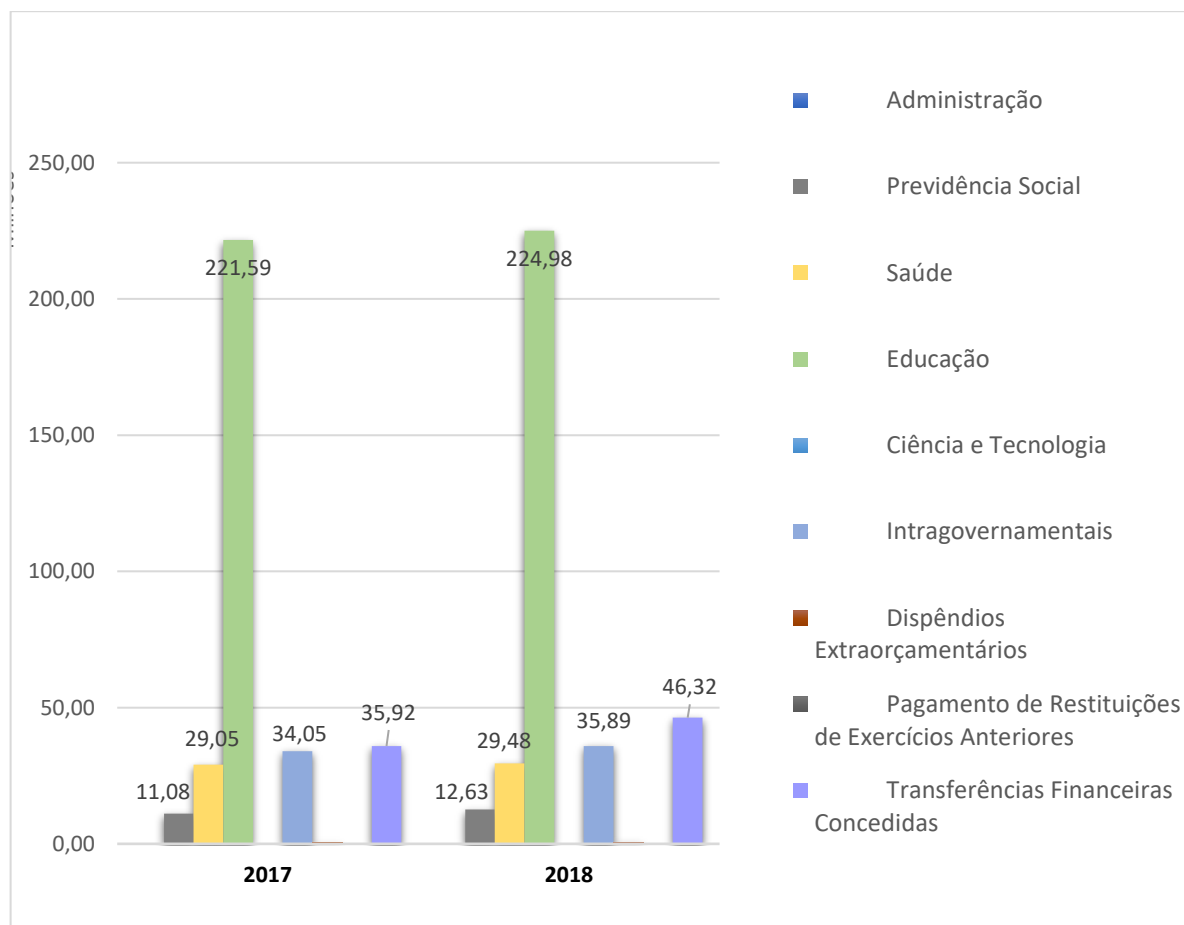
NE 18 – Atividades Operacionais – Dispêndios

Entre os dispêndios de caixa mais relevantes se destacam os gastos com pessoal (Previdência, saúde e educação) que somados correspondem a R\$ 267.097.909,34, o equivalente a 76,31 % do total de dispêndios. Nesse grupo ganha destaque a Previdência Social que sofreu um aumento, em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem de 14%, conforme demonstrado na Tabela 34.

Tabela 34 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios

Atividades Operacionais - Dispêndios	2018	2017	AH (%)	AV (2018)
DESEMBOLSOS	-349.999.815,36	-332.249.879,50	5,34	200,00
Pessoal e Demais Despesas	-267.108.609,34	-261.728.291,80	2,06	76,32
Administração	-10.700,00	-7.925,00	35,02	0,00
Previdência Social	-12.630.479,44	-11.079.754,70	14,00	3,61
Saúde	-29.483.311,09	-29.047.134,17	1,50	8,42
Educação	-224.984.118,81	-221.585.609,82	1,53	64,28
Ciência e Tecnologia	-	-7.868,11	-	-
Transferências Concedidas	-35.979.664,14	-34.093.157,29	5,53	10,28
Intragovernamentais	-35.885.077,90	-34.047.262,02	5,40	10,25
Outras Transferências Concedidas	-94.586,24	-45.895,27	106,09	0,03
Outros Desembolsos das Operações	-46.911.541,88	-36.428.430,41	28,78	13,40
Dispêndios Extraorçamentários	-590.479,09	-512.201,55	15,28	0,17
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.140,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	-46.319.922,79	-35.916.228,86	28,97	13,23

Fonte: SIAFI.

Figura 16 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios

Fonte: SIAFI.

NE 19 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas para atender as despesas de capital.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Em 2018 não houveram ingressos provenientes desse tipo de atividade. Em contrapartida, entre os desembolsos se destaca a Aquisição de Ativo Não Circulante que correspondem principalmente a mobiliário e equipamentos, dentre outros bens permanentes adquiridos pela UFGD. Essas aquisições corresponderam a 99,48% dos desembolsos com investimento, conforme Tabela 35.

Tabela 35 - Atividades de Investimento DFC

	R\$			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	2018	2017	AH (%)	AV (2018)
Atividades de Investimento	-25.339.676,63	-8.843.916,39	186,52	100
INGRESSOS	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-25.339.676,63	-8.843.916,39	186,52	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-25.206.957,20	-8.687.710,98	190,14	99,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-132.719,43	-156.205,41	-15,04	0,52

Fonte: SIAFI.

NE 20 – Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Em 2018, não houve movimentação de caixa nas atividades de financiamento a UFGD.